

ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 11-10-2023.

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Conselheiro Marcelo, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga. À MESA, foram apregoados os seguintes Ofícios do Prefeito: nºs 3315, 3316 e 3343/23, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Lei do Executivo nº 033/23 (Processo nº 1075/23), o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/23 (Processo nº 021/23) e o Projeto de Lei do Executivo nº 034/23 (Processo nº 1094/23). Na oportunidade, por solicitação de Mônica Leal, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Ranine Glazer. Foi apregoado Requerimento firmado por João Bosco Vaz, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia dez de outubro do corrente. Ainda, foi apregoado Requerimento firmado por Engº Comassetto, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia onze ao dia dezoito de outubro do corrente. Às quatorze horas e quarenta minutos, Adeli Sell tomou posse pela primeira vez na Legislatura, o qual integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Adeli Sell manifestou-se, nos termos do art. 12, §8º do Regimento. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, manifestou-se Aldacir Oliboni. Em COMPARECIMENTO, Fernando Ritter, Secretário Municipal da Saúde, manifestou-se. Na oportunidade, inscreveram-se para falar: Jonas Reis, Pedro Ruas, Biga Pereira, Karen Santos, Airto Ferronato e Idenir Cecchim. Ainda, Hamilton Sossmeier, presidindo, registrou a presença de Richard dos Santos Dias, Secretário Municipal Adjunto de Administração e Patrimônio, convidando-o a integrar a Mesa dos trabalhos. Em seguida, Fernando Ritter e Richard dos Santos Dias manifestaram-se. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e um minuto às dezesseis horas e sete minutos. Foi aprovado Requerimento verbal de Hamilton Sossmeier, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, passando-se imediatamente ao período de Pauta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 025/23; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 133/20, 166, 349, 455, 530, 543, 548, 561, 563, 581, 586, 587, 588, 589, 591, 592, 594 e

604/23; os Projetos de Resolução nºs 058, 063, 064, 073, 074, 075, 076 e 077/23; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 564, 566 e 572/23. Cláudia Araújo formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Biga Pereira, Karen Santos, Mônica Leal, Moisés Maluco do Bem, Tiago Albrecht, Idenir Cecchim, Jonas Reis e Comandante Nádia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Bosco Vaz, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Às dezessete horas e quatorze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 199/23 (Processo nº 1085/23), por doze votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votação essa declarada nula, em virtude de problemas técnicos. Em seguida, Cláudia Araújo, presidindo, determinou a realização de nova votação do Requerimento nº 199/23. Na oportunidade, Cláudia Araújo, presidindo, registrou a intenção de Alvoni Medina em ter votado contrariamente ao Requerimento nº 199/23. Em Votação, foi rejeitado o Requerimento nº 199/23 (Processo nº 1085/23), por onze votos SIM e treze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Alvoni Medina, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 366/22 (Processo nº 0729/22). Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 366/22, por onze votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal determinada por Cláudia Araújo, presidindo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Alvoni Medina, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 366/22, por vinte e três votos SIM, em votação nominal determinada por Cláudia Araújo, presidindo, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de

Lei do Legislativo nº 366/22. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 183/23 (Processo nº 0983/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 023/23 (Processo nº 0899/23). Foi apregoado o Ofício nº 3339/23, firmado por Sebastião Melo, Prefeito, por meio do qual informa sua ausência do Município das quatorze horas do dia nove às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de outubro do corrente, a fim de participar dos eventos Amcham RS Day e lançamento da South Summit Brazil 2024, eventos realizados na cidade de São Paulo - SP. Em substituição, Hamilton Sossmeier assumiu o cargo de Prefeito Municipal de Porto Alegre, no dia dez de outubro do corrente, exercendo-o até o final do dia, tendo Moisés Maluco do Bem, 1º Vice-Presidente, exercido a Presidência da Casa, em substituição, pelo mesmo período. Foi aprovado Requerimento formulado por Pedro Ruas, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 358/21 (Processo nº 0855/21). Foi aprovado Requerimento formulado por Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 077/23 (Processo nº 0158/23). Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Jessé Sangalli, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 335/21 (Processo nº 0808/21) bem como aprovado Requerimento, de autoria de Jessé Sangalli, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de José Freitas, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 300/21 (Processo nº 0733/21), bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 03, de autoria de Jessé Sangalli, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 300/21 (Processo nº 0733/21), bem como aprovado Requerimento, de autoria de Jessé Sangalli, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Márcio Bins Ely e João Bosco Vaz, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 045/23 (Processo nº 0091/23), bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Mônica Leal e Cassiá Carpes, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/23 (Processo nº 0871/23), bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cláudia Araújo e Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio para o porto-alegrense, falecido nos ataques terroristas do Hamas, em Israel, Ranani Nidejelski Glazer, de 24 anos, brasileiro que estava entre os desaparecidos

na festa atacada pelo Hamas, e foi encontrado morto. Era um estudante do Colégio Israelita, neto de um comunicador da Rádio Gaúcha.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli se soma ao pedido da Ver.^a Mônica Leal. Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Ver. João Bosco Vaz solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 10 de outubro no período da manhã.

O Ver. Eng^o Comassetto solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 11 a 18 de outubro de 2023.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em razão da Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Eng^o Comassetto no período de 11 a 18 de outubro de 2023, o suplente Adeli Sell assumirá a vereança. Informo que o suplente Adeli Sell já procedeu à entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e de seu nome parlamentar.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Adeli Sell prestará a seguir.

SUPLENTE ADELI SELL (PT): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro empossado o Ver. Adeli Sell. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Adeli Sell, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

Vereador Jonas Reis (PT): Queria neste momento, como líder do PT, dar as boas-vindas ao nosso querido Ver. Adeli Sell, um lutador desta cidade, de muitas épocas, de muitas batalhas. Sempre é uma felicidade estar contigo.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Um registro breve também. É uma alegria ver o grande Adeli Sell na tribuna, isso marca a história da Câmara Municipal de Porto Alegre.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Eu me somo também, seja bem-vindo.

Vereador Mônica Leal (PP): Bem-vindo, Ver. Adeli Sell, fico muito feliz com a sua presença. Quando fui presidente, até hoje está marcada aquela sua participação inusitada de “eu estou presente, mas eu não estou presente”. Obrigada.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Amigo Ver. Adeli, aquele abraço para ti e bem-vindo.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Quero dar as boas-vindas também ao Ver. Adeli Sell.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Ver. Adeli Sell, seja muito bem-vindo a esta Casa, um bom retorno a esta Casa. A bancada do PCdoB o saúda e deseja um bom mandato. Parabéns!

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 12 § 8º, do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Colegas, eu dizia que é um momento importante em que esta Câmara recebe a proposta orçamentária, recebe o prefeito para uma primeira conversa sobre o orçamento de Porto Alegre. Eu volto aqui para dizer o que eu disse inúmeras vezes nesta Casa e que meus colegas sabem muito bem dos meus propósitos, como é o que eu acabei de colocar no cumprimento regimental, o compromisso com a autonomia municipal e exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato. E sempre tenho como pressuposto fundamental aquilo que diz a Constituição Federal, cujo foco é a dignidade da pessoa humana. Para mim, o que contam são as pessoas que residem em Porto Alegre e que por aqui estão em quaisquer circunstâncias. Nesse sentido, eu estou aqui para defender as pessoas em qualquer lugar e circunstância, jovens, mulheres que muitas vezes são vítimas de violência. E hoje a capital do Brasil, que tem o maior número de pessoas idosas, recebe de nós muita dedicação, principalmente no tema, Hamilton, da acessibilidade, a mobilidade e as condições em que as pessoas circulam, pegam seus ônibus e andam pela cidade. Portanto, a pessoa idosa tem que receber nosso carinho especial, isso é muito importante para que a gente possa garantir uma cidade para todos e para todas em quaisquer circunstâncias e idades. Tenho como uma grande preocupação a questão da cultura, do esporte, do lazer e principalmente a questão do livro. Já fui presidente, aqui, da Frente Parlamentar da Leitura, e um dos temas que eu tenho desenvolvido nesses praticamente três anos que estou fora desta Casa tem sido exatamente a questão da leitura. Em breve, Oliboni, nós teremos a grande Feira do Livro na Praça da Alfândega. Nós estamos indo, dia 21, para a 12ª Feira do Livro no Chalé da Praça XV; acabamos de fazer uma feira no interior do Grupo Hospitalar Conceição com o maior sucesso. Portanto, com relação à questão da leitura do livro, nós queremos ter bibliotecas abertas, Jonas, nós queremos ter bibliotecas funcionando, nós queremos ter acesso aos livros em todos os cantos da cidade de Porto Alegre. São alguns

dos pressupostos que eu venho aqui defender com muita veemência. E quero dizer, para concluir, que serei duro nos debates, serei muito contundente nas cobranças para que as pessoas tenham dignidade na cidade, mas de mim esperem uma única coisa: o debate, o debate acalorado, sim, mas o respeito mútuo, e espero que nós consigamos fazer grandes discussões aqui, sejam no recinto deste plenário, nas comissões ou nas reuniões extraordinárias. Com muito orgulho, volto a esta Casa neste dia. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Seja muito bem-vindo, Ver. Adeli, a prova está nas manifestações dos colegas pelo seu retorno.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Fernando Ritter, secretário municipal de Saúde, que abordará o assunto: piso salarial da enfermagem no Município.

Convido o Sr. Fernando Ritter a fazer parte da Mesa. Já temos dois inscritos, ainda temos oito inscrições.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Quero saudar o Presidente da Casa, Ver. Hamilton Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras, secretário de Saúde de Porto Alegre, foi articulada a sua vinda aqui por este vereador. Faço questão de utilizar a liderança do PT neste momento para fazer algumas ponderações que acho serem de extrema importância não só para nós, para a cidade, mas para os trabalhadores da Saúde. Registro a presença da direção do Simpa aqui, vários dirigentes estão aqui conosco, cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, nobre secretário Fernando Ritter, o piso nacional de salários é uma luta de mais de 20 anos dos trabalhadores da Saúde e não é só aqui na cidade nem só no Estado, é pelo Brasil afora. E, agora, recentemente, com o advento da pandemia, houve aquela ideia de valorizar o servidor da Saúde com algumas manifestações públicas, tipo bater palmas aos servidores, mas não perceberam que esses servidores são aqueles que estão lá na frente salvando vidas e dando a sua própria vida em prol do próximo. Não é qualquer coisa quando nós falamos da valorização do piso nacional de salário aos servidores da Saúde. Queira ou não, o Congresso Nacional se debruçou sobre esse tema também por pressão dos movimentos, dos sindicatos, e acabou, no governo anterior, votando no Congresso. Embora sancionado pelo Presidente, o Supremo se manifesta contrário. Este governo, o governo Lula, além de aprovar no Congresso, sanciona o projeto e diz que o piso nacional de salário vai atingir os enfermeiros com o piso mínimo de R\$ 4.750,00; do técnico de enfermagem, R\$ 3.325,00; e das parteiras, R\$ 2.375,00. Acontece que, além de o governo ter atrasado um pouco para mandar o recurso, o governo federal diz que tem que ser pago a partir de maio deste ano. Maio deste ano! O governo federal manda um pouco atrasado, e o governo municipal recebe o recurso há mais de 30 dias. O secretário vai dizer qual é o tempo que ele já recebeu o recurso, em torno de R\$ 11 milhões, mas esse recurso o secretário municipal de Saúde tem dificuldade de repassar aos trabalhadores. Por que há dificuldade, secretário? Essa é a grande questão. O gestor municipal é que faz a interlocução com o Ministério da Saúde. Os prestadores – hospitais filantrópicos ou entidades públicas –

repassam para a secretaria, e a secretaria manda para o Ministério da Saúde. Quem foi que mandou as informações equivocadas, no caso, incluindo ou retirando vantagens, como anuênio, triênio, quinquênio, ou vantagens que o servidor recebe, ou não, que não vieram corretas na planilha? Nós queremos saber aqui, porque, à medida que o governo municipal diz ter dificuldade em repassar o recurso retroativo a maio deste ano – e nós estamos em outubro de 2023 –, nós precisamos que o secretário tenha um espaço para dizer à sociedade, para dizer aos trabalhadores lá do HPS, lá do Hospital da PUC, lá do Divina Providência, lá do Cardiologia e de tantas entidades que hoje prestam serviços à população, por que é que esses trabalhadores ainda não receberam o piso, ou a diferença do piso nacional de salários, que é bancado pelo governo federal, nesse caso, a diferença.

Então, nós queremos aqui saudar a vinda do secretário, com certeza, ele vai esclarecer, para todos nós e para os trabalhadores, o que está sendo feito e quando repassará o recurso ora recebido. Muito obrigado, seja bem-vindo, secretário.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, vereador. Nós vamos ouvir o secretário agora. O Sr. Fernando Ritter, secretário da Saúde, está com a palavra.

SR. FERNANDO RITTER: Boa tarde, Presidente, é uma satisfação imensa poder estar aqui conversando com vocês, falando sobre esse tema importante e esclarecer dúvidas com relação a isso, porque ainda pairam muitas dúvidas para a efetivação do pagamento e efetivação do piso da enfermagem. Eu queria que colocassem a apresentação ali, que eu vou fazer uma linha do tempo, Ver. Oliboni, para a gente poder entender por que nós estamos em outubro, sendo que em maio foi efetivado esse processo; quando é que o recurso entrou e o que que nós estamos fazendo.

(Procede-se à apresentação.)

SR. FERNANDO RITTER: Então, piso da enfermagem – desde o início do processo, lá em maio, nós, do Município de Porto Alegre, estamos muito atentos e preocupados de como fazer a efetivação disso. Há muitas discussões, são discussões jurídicas, técnicas e políticas, não é uma discussão apenas de um ente, mas são todos eles. Eu queria lembrar que, depois de muito tempo passado de maio, houve a primeira cartilha e, depois, a segunda edição, a linha do tempo. Vou falar sobre a Lei nº 14.434, as portarias, exemplos de vantagens, pagamentos de pisos, são alguns pontos que eu vou abordar aqui neste tempo.

Essa é a cartilha. A primeira cartilha – é importante dizer que, em maio, saiu a portaria e o governo federal já anunciou um primeiro valor que os municípios do Brasil, os 4.570 municípios teriam para receber, a partir de dados que eles tiraram de um sistema. E Porto Alegre, a partir disso, receberia R\$ 45 milhões referentes ao piso deste ano. Eu gostaria de lembrar a todos que até o momento nós só temos o Orçamento da União para o piso de 2023. Não tem nada ainda aprovado com relação ao piso de 2024. Então, a

primeira cartilha da última modalidade que o governo federal fez foi publicada no dia 18 de agosto. Vocês podem ver que foi há menos de 60 dias. Já desde maio anunciam que vai ser feito o pagamento, mas, de fato, a última versão da forma como eles recomendam é de 18 de agosto. E vocês não estão vendo ali a segunda edição, que é datada do dia 25 de setembro. Nós tamos falando de duas semanas atrás. Ou seja, apesar de o governo federal ter feito repasse aproximadamente no dia 25 de agosto, Ver. Oliboni, eles não tinham clareza e dúvidas pairavam. Tanto é que eles retificaram a cartilha no dia 25 de setembro – não estão vendo ali porque tem um negócio tapando –, na segunda edição – eu vou deixar a apresentação com vocês –, quando esclareceu parte das dúvidas, mas não esclareceu totalmente todas elas.

Aqui está a linha. No dia 14 de julho de 2022 aprova a emenda constitucional. Em 2022 ainda, em agosto, a Lei nº 14.434, ou seja, todo o processo discussão. Eu vejo muitas pessoas falando de coisas que não sabem, até para jogar os trabalhadores contra os gestores públicos municipais do Brasil inteiro. Mas essa questão do piso da enfermagem é uma responsabilidade conjunta da União, do Estado e dos municípios. E essa linha do tempo, que vocês podem olhar com detalhe, e eu não vou gastar tanto tempo com relação a isso, a emenda constitucional, a ação judicial que tramita, que está ainda por ser julgada, é importante dizer que não está resolvida a questão judicial.

Seguindo a linha do tempo, em 2023, em 12 de maio, sai a Lei nº 14.588. O Supremo julga a ADIn em julho, enquanto isso – é importante dizer –, algumas pessoas esperando o seu piso, mas a discussão estava no âmbito de Brasília, sem nenhum centavo repassado aos municípios e não tendo regras claras e transparentes. Aquelas regras que cobram da gente não estavam claras nem para a gente. E muitas delas só foram resolvidas, e nem todas, dia 25 de setembro. Em 21 de agosto acontece o repasse. Então, retificando, o repasse foi dia 21 de agosto, e o governo federal resolve dizer que os municípios têm 30 dias para pagar sabendo – sabendo – que não estava clara a forma de fazer esse pagamento – é importante isso.

Nós, município de Porto Alegre e os demais 4.759 municípios do Brasil, fizemos marchas em Brasília; os conselhos e secretários estiveram lá presentes para pedir esclarecimentos, muitas orientações foram feitas, e nós, infelizmente, apesar de termos feito um questionamento, uma reunião com o Ministério da Saúde, nós ainda tínhamos dúvidas e mandamos um *e-mail* no dia 06 de setembro para esclarecimento. Eu só peço desculpa pela minha voz, porque eu estou me recuperando ainda do processo de voz. Vocês vão ver que existem muitos caminhos – pode passar, por gentileza.

Estão aqui as leis que regulamentam, que já foram trocadas várias vezes; está aqui o Diário Oficial da União, a Portaria nº 1.135, de 18 de agosto de 2023. Ou seja, começou o processo de esclarecimento na segunda fase do mês de agosto. E, enquanto isso, politicamente, as pessoas vão dizer que já estava na conta, e não, não acontece.

Aí a Portaria nº 1.355, de 27 de setembro, que faz novos esclarecimentos e aí gera uma nova cartilha para os municípios e ainda assim pairando dúvidas.

Aqui eu queria mostrar, então, os valores do piso porque, infelizmente, politicamente é fácil falar, difícil é fazer, porque tinha toda uma discussão que ia ser sobre

o piso, aprovado, e tinham 30 horas, mas, de fato, são R\$ 4.750,00 para o enfermeiro; R\$ 3.325,00 para o técnico em enfermagem; R\$ 2.300,00 para a enfermagem; R\$ 2.375,00 para a jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais. Então, quem fala que é sobre o piso de 30 horas não sabe o que está dizendo, esse valor de R\$ 4.750,00 para 30 horas é proporcional. Para fins de pagamento, a carga horária semanal deve ser levada em consideração.

Aqui é um exemplo, a gente coloca... isso é o guia do ministério, é isso que entregaram para os municípios sem total clareza. Aí colocaram lá “remuneração”. Por exemplo, uma técnica de enfermagem que trabalha 30 horas semanais, sendo que o piso para técnicos com jornada de 44 horas é de R\$ 3.325,00. Dessa forma, ela deverá receber um valor igual a R\$ 3.325,00 dividido por 44, vezes 30, ou seja, de fato, um técnico de enfermagem deveria receber R\$ 2.260,00 referentes às suas 30 horas. Lembrando também de exemplos de vantagens, e aí começou toda uma celeuma de quais os pontos e as vantagens que devem ser levados em consideração. A gente sabe que os municípios têm lei própria, que os municípios têm uma história que não começou a partir da Lei do Piso da enfermagem. Cada município tem uma regra de composição salarial. Então, para tentar minimizar isto, o governo federal tenta, mas não conseguiu, tenta fazer “exemplos de vantagens pecuniárias”, por exemplo, parcela mínima de gratificação. Isso é considerado como parte de cálculo, como valor fixo, e, assim, como vantagens pecuniárias individuais, que estão em lei de forma geral. E não fazem parte do cálculo as gratificações por título, por exemplo, se, dentro do meu salário, eu tenho alguma gratificação por especialização, mestrado, doutorado, isso não conta. Adicional de insalubridade não conta, abono permanência não conta, auxílio-creche não conta, gratificação de exercício da função não conta, anuênios, triênios, quinquênios, isso não conta.

Vocês podem ver que o exemplo colocado deixa *gaps*, ele não deixa claro, com exatidão, algumas vantagens, porque cada município cria suas regras e as nomina. E o difícil, vereadores, é a gente tentar enquadrá-las dentro desse processo. Por isso, nós pedimos esclarecimentos ao Ministério para dizer como que a gente enquadra. Nós não definimos, quem define é o governo federal.

Se não está claro, eles deveriam dar oportunidade aos municípios para esclarecer. Então, aqui estão exemplos, a enfermagem, que é o valor do piso mais as vantagens, aqui está o cálculo, tudo isso está na cartilha.

É importante que, após várias tentativas de contabilizar qual era o tamanho do valor que o governo federal deveria garantir para os municípios, porque, por determinação do Supremo, o governo federal precisa fazer esse aporte de recurso aos municípios, ele usou o InvestSUS, que é um sistema, é uma ferramenta que permite acesso ao serviço de sistemas de informações para a gestão do financiamento federal do SUS pelos municípios, e é utilizado pelo governo federal para que entes federados informem os dados relativos aos profissionais de saúde pelo SUS. Aqui a planilha que eles pediram que a gente informasse. E a Secretaria Municipal de Saúde o que fez? Passou para todas as entidades da saúde. Eu queria mostrar ali, que o segundo campo que está na cartilha, que só pode receber entidades da cartilha, que eu acho um erro, eu acho um erro

desconsiderar profissionais que não são da saúde. Mas ele bota no primeiro campo o CNES, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, que é um cadastro só de serviços de saúde. Eu queria dizer que, infelizmente, não se contabiliza o SUAS. Erradamente, ignoraram os enfermeiros do SUAS, ignoraram os enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem, das instituições de longa permanência. Porto Alegre tem mais de 350 instituições de longa permanência, Padre Cacique e SPAAN são as maiores, que têm um exército de profissionais de enfermagem, que infelizmente não foram contemplados nesta... Pelo menos até o momento. E aí gera, obviamente, o descontentamento, porque cria uma expectativa e não se dá essa expectativa. Então, são só estabelecimentos de saúde que podem fazer, e ali todos os dados, as vantagens que são fixas, e as vantagens que são variáveis, sem ter a convicção plena de todos aqueles dados. Aqui mostra a forma do pagamento do piso, então o pagamento deve ser integral, calculado em cima daquilo, baseado nessa planilha que foi alimentada. Então nós repassamos para todas as instituições, passamos para a secretaria de administração, está aqui o secretário Richard, e a equipe fez uma análise em cima do guia e a partir da interpretação do guia, que não é clara. E como o prefeito colocou ali, que na dúvida a gente vai para a forma mais conservadora. Estabelecimentos que podem receber – atenção – instituições públicas, instituições privadas, filantrópicas ou não, vinculadas à saúde. Tudo que não estiver vinculado à saúde, contrato não pode, porque tem que ter no mínimo cadastro no CNES, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Então, não foi o Município de Porto Alegre que decidiu não querer pagar para os demais, foi o governo federal que colocou as regras do jogo e nós estamos, como Município, lembrando que a imensa maioria dos municípios do Brasil não fizeram pagamento ainda. Os critérios para repasse: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. O repasse do Ministério da Saúde só pode ser destinado a estabelecimentos e instituições com registro no CNES. Então, quando dizem que não foi repassado, que não foi mandado, como o pessoal, por exemplo, da FASC, o que é injusto – queria deixar claro que é injusto, porque eles são enfermeiros como os outros, técnicos de enfermagem como os outros –, é porque não permite. São elegíveis: estados, distritos, municípios, os repasses somente para o serviço de saúde. Está lá, está grifado, vou deixar a apresentação para vocês e está no guia.

Está aqui a lista das instituições que receberam recurso, depois vocês olham com calma. Então, a gente recebeu, referente a maio, junho, julho e agosto, no dia 21, R\$ 7.292.800,00, que estão lá e que serão repassados agora em outubro para as pessoas que têm direito, mas eu queria alertar a todos.

Aqui nesta primeira lista que a gente repassou para as entidades, que a gente não revisa, pede para as entidades colocarem, eu queria dizer o seguinte: ficaram pendentes, total de contemplados na primeira leva dos R\$ 7 milhões, 4.055; total de inconsistências, que tinha erro de alimentação de dados pelas instituições, 18.921; mas não é culpa das instituições, resolveram cruzar os dados com o registro do Conselho de Enfermagem, que não estava atualizado. Resolveram cruzar dados e aí deu inconsistência: 18.921, total acima do piso, 4.494 pessoas na primeira passagem. A gente sabe que tem mais, tanto é que eles nos devolveram em final de agosto, início de setembro, para a gente

atualizar essa planilha, corrigir os erros com o dinheiro já na conta, e aí repassaram o valor referente ao reajuste do período de maio a agosto, daquelas inconsistências: R\$ 3.366.987,84; e o valor atualizado, em setembro, em uma parcela de R\$ 2.664.946,96, totalizando mais R\$ 6.031.934,80, ou seja, que foi pago em final de setembro. Olhem a confusão! E aí, gente, devolvemos para as instituições, foi corrigido. Olhem só, as inconsistências desapareceram; a gente não escondeu nada, a gente trabalhou arduamente para que todos esses dados estivessem claros; e o total da competência está ali, então foi corrigido e foi pago no final de setembro; por isso que o tempo... É injusto pensar que demorou quatro meses, entre a primeira publicação em maio, o governo federal repassa em agosto, achar que com todas essas questões dúbias, pouco esclarecidas, a gente conseguiria pagar em poucos dias. Para os servidores da Prefeitura de Porto Alegre, com relação à aplicação do piso, foi formalizada uma consulta ao Ministério da Saúde com relação a algumas vantagens, que a gente não consegue entender se é fixo ou variável; essa consulta que foi no dia 5 ou 6 de setembro, não foi respondida. O próprio prefeito Sebastião Melo, nessa semana, fez uma ratificação, ratificou o pedido de esclarecimento à própria ministra da saúde para que faça os esclarecimentos com relação às dúvidas que ali ainda pairam. Então, está aqui o documento; aí os servidores da Prefeitura têm uma classificação de vantagens, cálculo de piso com vencimento básico, base, remuneração da carga, e as vantagens fixas que estão aqui; portanto, tivemos uma reunião com as entidades que representam os trabalhadores, resolvemos montar um grupo de trabalho – não é secretário, Richard? –, que vai dizer o dia da reunião hoje, que nós vamos discutir esse processo, porque é importante que a Prefeitura não parou um minuto e que todas essas etapas foram colocadas em processo SEI, historicamente para registrar o codesenvolvimento desse processo, que ainda não está esclarecido.

Seguem aqui as vantagens, esclarecimentos, porque a nossa matriz dos servidores é complexa, não é fácil de fazer esta composição. Então, está ali esclarecido; importante que tinha um canal, o Disque Saúde 136, *e-mail*, pelos quais os municípios deveriam fazer contato em caso de dúvida; fizemos todos esses trâmites, mas, infelizmente, Presidente, não tivemos resposta até o momento desses nossos questionamentos. Quero lembrar que, com relação aos serviços não próprios, a gente está em fase final de processamento do contrato, porque tem que fazer a colocação, adicionar isso no Orçamento; a gente precisa fazer contrato com as instituições, a gente precisa fazer o pedido de liberação do recurso, para a gente fazer o pagamento, então. Nós, a partir da semana que vem, se tudo der certo, começamos o pagamento dessas e vamos discutir a questão dos servidores, porque ainda pairam dúvidas com relação a isso – não é, secretário Richard? Era isso, Presidente, então ficamos à disposição para maiores esclarecimentos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, secretário Fernando Ritter. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Secretário Fernando Ritter e demais trabalhadores da saúde da gestão do governo Melo, sejam bem-vindos; também o secretário adjunto, Richard. É, para nós, motivo de felicidade que vocês venham até a Câmara tratar sobre esse tema, porque a Saúde, a maioria dela, é tocada pelos trabalhadores da enfermagem. O Congresso construiu a lei, pressionado pelos trabalhadores da Saúde, não foi um presente – o Congresso Brasileiro não dá presentes, ele sofre pressões –, foi uma luta bárbara, de décadas, pelo reconhecimento do piso. Mas hoje nós temos um impasse, e inclusive está atrasado o pagamento, eu percebo, pelo Supremo, que se meteu de pato a ganso, e aqui faço uma crítica: o Supremo Tribunal Federal, é muito incrível, pois quando os megaempresários da saúde batem na porta, são atendidos, mas quando são os sindicatos – vejo aqui o Simpa, a Associação do HPS, a Associação do HPV –, há uma dificuldade imensa de receber os trabalhadores.

Superado isso, secretário, agora nós temos um impasse nosso no Município. Vejo aqui o João Ezequiel, a Marília, o Marco, que têm acompanhado esse debate, e o senhor nos recebeu durante aquela manifestação dos trabalhadores na frente da Secretaria, agradecemos a compreensão de que os trabalhadores estavam ali e tinham uma demanda que precisava ser resolvida, porém o GT até agora, secretário Ritter, não foi chamado, e hoje é quarta-feira, já passou... A gente precisa disso, que esse GT onde os trabalhadores possam falar, as representações, porque esse foi o acordo da reunião e a gente precisa que isso seja cumprido, porque a parte dos trabalhadores foi cumprida: recolheu-se a manifestação, todo mundo voltou a trabalhar, estão trabalhando, estão atendendo 24 horas. É o caso do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, dos hospitais, enfim, nós temos aí mais de duas mil pessoas aguardando um dinheiro que está represado. E aqui não nos importa por que é que está represado, nos importa é a solução. Esse dinheiro tem que ir para o bolso do trabalhador, ele não pode render juros seja onde for, ele tem que ir para o trabalhador porque o trabalhador já ganhou esse direito. E aí eu questiono, pois nós temos um debate que tem que ser feito nesse GT, que é sobre o que é transitório, o que é permanente, o que é geral e o que é variável, isso não está definido, e até o Ministério – e aí eu vejo como uma vantagem – deixa à interpretação dos entes, eles vão dizer como é composta a retribuição pecuniária, os dividendos, os recursos de pagamento desses trabalhadores. Então nós estamos com o queijo e a faca na mão, João, e nós estamos passando fome, os trabalhadores da enfermagem não podem comer esse queijo. Então eu quero pedir aqui, secretário, que a gente chame esse GT, que se possa construir esse debate, porque a forma como a planilha foi para lá – eu já falei isso na reunião e repito aqui –, não ajuda o Município de Porto Alegre, nós precisamos retomar isso. Então, secretário, muito tranquilamente eu peço esse seu olhar, e eu sei que, diferentemente do secretário anterior, o senhor está olhando para os trabalhadores, para as trabalhadoras. Na época do outro piso, o dos agentes, ele não veio aqui; e o senhor veio. Então eu sou uma pessoa que sabe reconhecer aqueles que dialogam, atendem, e não é a primeira reunião em que esteves.

Eu reconheço o esforço desses dois secretários aqui para fazer essa construção, só que eu também não posso deixar de dizer que o governador, secretário,

está errando feio com Porto Alegre. Ele quer tirar R\$ 40 milhões da saúde do nosso município, nós temos os nossos problemas. E nós não temos como absorver 40 milhões a menos. Esse governador, literalmente, como dizem todas e todos, está viajando na maionese, está viajando, esse é o linguajar popular. Como pode, se nós não estamos conseguindo resolver esse impasse? Então, assim, cada ente federado tem que cuidar dos seus problemas.

Presidente, eu quero agradecer esta oportunidade hoje aqui de a gente estar construindo esse debate fundamental. E eu quero fazer um apelo aos colegas vereadoras e vereadores: hoje nós estamos aqui, amanhã, depois, provavelmente, muitos de nós vão precisar ser atendidos na saúde, porque o tempo passa, a gente vai tendo enfermidades, e nós precisamos ter uma pessoa lá que vá cuidar da gente com carinho, que seja bem remunerado, potencializado. Então, para concluir, nós precisamos que o piso vire uma materialidade. Por enquanto, ele é uma ideia, e o dinheiro está aí, como bem já foi falado. Então, secretário, vamos fazer o GT, eu peço que o senhor indique aqui para nós a data da reunião do GT, porque a gente está disposto a qualquer horário – não é, João, Marco e Marília das associações, do Sindisaúde, e da representação dos trabalhadores? Nós queremos simplesmente o quê? O dinheiro federal vir para Porto Alegre e, quanto mais dinheiro vir, melhor para nós. Essa é a situação, vai melhorar a saúde. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Num ato falho, eu não registrei a presença do secretário-adjunto da SMAP, Richard dos Santos Dias, que está conosco aqui, colaborando também para posteriormente estar respondendo aos questionamentos. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier, ilustre secretário da saúde Dr. Fernando Ritter, e subsecretário, Dr. Richard, sejam bem-vindos entre nós, obrigado pela boa vontade, vereadoras, vereadores, públicos que nos dá a honra, eu quero cumprimentar os servidores municipais que estão aqui em nome do João Ezequiel, da Marília e do Marco, recebam o meu abraço e transmitam aos seus ilustres colegas de categoria profissional, e, são da saúde, por sinal. O que é que ocorre, secretário ou secretários – porque o Richard tem uma condição já assemelhada –, neste momento? Nós temos divergências que acabam sendo muito importantes na vida do trabalhador, da trabalhadora, e de suas respectivas famílias. Há divergências, e não há dúvida de que há argumentos interessantes do senhor colocados aqui na tribuna, Dr. Fernando Ritter, todos eles muito inteligentes, mas nem por isso, nem por isso, e nós podemos divergir, e nós vamos concordar, e acho que nós podemos chegar a um outro patamar de consenso numa reunião futura. Eu falava agora há pouco com o João Ezequiel sobre a possibilidade de nos reunirmos e analisarmos outros aspectos, alguns deles jurídico-trabalhistas, outros deles da própria lógica. Eu dou como exemplo o seguinte: a FASC. A FASC tem trabalhadores, trabalhadoras, da enfermagem. Quem manda os dados deles para o governo federal? Tem que mandar esses dados – esses dados têm que ser recebidos – para eles poderem receber. Esse é um dado e é uma questão

importante. O Simpa tem batalhado nesse sentido. Há um outro dado, senhores médicos e políticos, que é o seguinte: eu conheço bastante, e é minha obrigação conhecer, porque comecei a advogar na área trabalhista como estagiário aos 21 anos, tenho 67, e nunca saí da área trabalhista, então vocês vêm que tem um bom tempo aí de caminhada. A questão das gratificações comporem salário é uma questão muito complexa, e tem que ser muito bem analisada. Sobre os critérios do governo federal, eu tenho duas palavras ou dois pensamentos sobre os critérios do governo federal, número um: eu não concordo com eles, João, com os critérios do governo federal, quero deixar bem claro. Não concordo. Acho que eles foram mal elaborados e contra a lei, contra a legislação do trabalho e contra a Constituição Federal – os do governo federal. Acho que aqui é diferente, aqui há um engano, há um equívoco na aplicação dos critérios, que não são claros, é verdade, de como tal classificação pode ser utilizada para chegar ao piso ou não. O governo federal errou quando fez, mas ele não está aqui, eu não vou debater com o governo federal. Mas o governo municipal, Presidente Hamilton Sossmeier, também erra, de uma outra forma, ele não elabora o critério, mas ele utiliza o que a União Federal manda de uma maneira equivocada, e é um equívoco que prejudica os trabalhadores. Têm, pelo menos, três gratificações que servem de exemplo nesse sentido. Eu gostaria de fazer esses registros preparatórios porque eu acho, Dr. Fernando Ritter e Dr. Richard, que nós temos que ter uma reunião específica. Falei lá com o João, quero falar com a Marília e com o Marco e que eu me disponho a ir, obviamente, e aqui concluo, numa reunião específica, mas quero que os senhores já saibam quais são as nossas divergências. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier, boa tarde aos nossos visitantes, secretário Fernando Ritter, Richard, é muito bom recebê-los e recebê-los para debater esta pauta. Eu sou uma militante do piso da enfermagem, de muito tempo que essa categoria se mobiliza e mostra o seu valor. Infelizmente muitos de nós, da nossa sociedade, só enxergaram essa categoria em plena pandemia, enxergou o valor de uma categoria que tem uma carga horária extenuante e um piso salarial aviltante. É, infelizmente, e muitos deles que era o grupo de risco, e muitos deles fazem parte desta estatística de pessoas que nós perdemos, muitos deram a sua vida ali. Nós trabalhamos muito, fizemos muitas passeatas, muitas conversas sobre a importância do piso da enfermagem, então, para mim, é uma grata satisfação vir debater aqui este tema. O que está posto agora, está bom, conquistamos, em primeiro lugar tem que registrar isso. Segundo, bom, agora vamos ver como se paga. Há controvérsia sim, aqui está explicitado, saiu uma cartilha, saiu uma segunda edição da cartilha e a cartilha que o Ministério editou elenca os critérios, certamente que a Secretaria se debruçou para ver se estava de acordo, como é que faz, porque essa questão dos critérios tu tens circunstâncias – pelo que eu olhei, eu não sou do ramo, não sou da categoria –, mas, se a gente olhar, tem critérios de localização, por exemplo, tem critério da circunstância em

que aquele profissional trabalha. Então, quando se apresentam aqui erros, inconsistências, bom, quem organizou essa planilha? Quem identificou que tinham erros foi atrás dos erros? A mim, secretário Fernando, confesso que neste momento não me interessa buscar culpado, se foram vocês, da Secretaria, se foi a instituição, não me interessa buscar o culpado; interessa-me buscar solução, é isso. Em que nós, nesta Casa, podemos ajudar? Porque é isso que interessa, se tem inconsistência, vamos identificar que inconsistências tem. Nesse período em que vocês receberam os valores e, pelo que eu entendi, o valor foi recebido, porém não é na totalidade em que vocês esperavam por conta dessas inconsistências de critérios, porque o critério que está na cartilha não é o mesmo critério que vocês leram e entenderam que teria que ser. Como é que fica com as parceirizadas, como é que fica para os servidores municipais? Então, aqui tem problema, para mim, de gestão, é um problema de gestão. O debate político sobre o piso está resolvido, gente, e eu acho que é isso que nós temos que ovacionar. Foi resolvido, “ah, mas não tem dinheiro”, mas o governo federal determinou, está aqui o dinheiro, nós vamos pagar e mais, nós vamos pagar retroativo. Muito bem, era isso que nós queríamos. Agora tem problema? Vamos resolver os problemas. Aqui não cabe, com todo respeito, secretário, que o senhor sabe que eu tenho pelo senhor, mas aqui não cabe nós virmos denunciar, porque aquele é o culpado. Eu não quero saber se é o João ou é a Maria; eu quero saber que solução vocês estão apresentando para resolver esse problema. Entendeu? É isso. E eu me coloco à disposição nesse sentido. Eu me coloco, mais uma vez, do lado da categoria que precisa receber imediatamente. Eu quero saber do cronograma. É a semana que vem? Vamos lá: Quanto vai receber? É isso que eu quero saber, é isso que a categoria quer saber. “Ah, mas vai ficar uma parcela que não vai receber.” Qual é o critério? Quais são os critérios? É o critério que está na cartilha, gente. É isso. Isso não tem mais discussão.

Por último, que já estourou meu tempo, eu não podia perder a oportunidade, secretário Fernando, de o senhor estar aqui e dizer que, na semana passada, nós aprovamos a LDO. Eu apresentei 15 emendas na oportunidade, enfim, acabou aprovando quatro, mas elas são extremamente importantes. Eu conto com a secretaria, porque nós conseguimos aprovar a emenda que trata da saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras tão sofridos, inclusive com a pandemia mais ainda. E eu já conversei com o senhor sobre como nós identificamos isso visitando os postos de saúde. Nós queremos, nós aprovamos nesta Casa campanhas permanentes da saúde mental no Cerest e, na LDO, o fortalecimento dessa política, assim como a questão da saúde da mulher em todas as faixas etárias, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Hoje, nós recebemos aqui LOA e, certamente, nós vamos olhar para ver se o povo menos assistido vai estar contemplado. É isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Eu fico bem contente de estar fazendo essa fala depois da intervenção da Ver.^a Abigail, porque ela contempla muito a terceirização da responsabilidade. Isso é uma característica deste governo, diversos secretários vêm com essa narrativa de terceirizar os problemas orçamentários do Município agora que nós temos um governo federal progressista, que tem um olhar mais atento às questões das desigualdades sociais. Mas o que eu vejo é falta de iniciativa dos nossos gestores para aproveitar todas esses financiamentos e esses programas que estão vindo para acelerar processos de gestão e também de qualificação do nosso serviço na ponta. Essa discussão que a Biga colocou, o piso é o mínimo, o piso é o mínimo; gratificações não têm que estar sendo discutidas junto com aquilo que é o mínimo, que é o básico e é o mais justo. Acho que a gente tem que se pressupor por aquilo que é justo, e a gente adequa as questões legais ao que a gente entende enquanto justiça social. Não tenta enquadrar a justiça social dentro da burocracia legal, eu acho que esse é o exercício que nós, da oposição, estamos tentando fazer dentro deste Parlamento.

Por fim, estou usando dessa intervenção também para trazer outras questões já que o secretário de Saúde está aqui e não dá para a gente ficar somente na discussão da questão do piso. Hoje a gente tem quase 100 mil pessoas, isso é uma lista do Gercon, de janeiro de 2023, quase 100 mil pessoas na fila por especialidade médica no nosso Município; 15 mil só na odontologia. E, no dia 02 de junho, nós, enquanto mandato, solicitamos uma reunião com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara, fomos junto ao pronto atendimento Cruzeiro do Sul, na comunidade da Cruzeiro, justamente para tratar da falta de auxiliar de odontologia para aquele pronto atendimento que tem como especialidade, é um dos poucos prontos atendimentos que oferece o serviço de odontologia, e é uma emergência. Então é um desmonte que está colocado, e a gente reivindicou, no dia 02 de junho, e agora falando com a trabalhadora Flávia Fernanda, auxiliar, técnica de enfermagem do posto: “Karen, nada foi feito desde o dia 02 de junho”. Então, é uma lista de reivindicações, porque a Saúde do nosso Município não vai bem, desde a falta de agentes comunitários de saúde para fazer o levantamento e o enraizamento da política pública dentro dos territórios; desde essa fila do Gercon que chega a quase 100 mil pessoas na fila por especialistas, 7 mil pessoas em demanda de saúde mental. Nós tivemos vários concursos públicos na Saúde abertos e com cargos que estão vagos e a gente precisa lutar para a incorporação, porque não basta ter o concurso, a gente tem que lutar para a incorporação desses servidores dentro da coisa pública. Então são diversas demandas, secretário, que eu acho que a gente precisa, agora, que veio a proposta da Lei Orçamentária Anual, reivindicar essas prioridades. É inadmissível termos R\$ 15 milhões, como a gente teve no ano passado, destinados à publicidade do gabinete do prefeito, quase o mesmo valor que foi destinado para o Orçamento Participativo. Então são essas as contradições que a gente precisa debater, se a gente está levando mesmo a sério o debate da saúde do povo de Porto Alegre, se alguma coisa ficou de legado e reflexão dos limites do nosso município em contribuir com o enfrentamento da pandemia da covid, então, a gente precisa pensar isso também dentro do orçamento. Hoje o prefeito Melo apresentou para a Câmara de Vereadores a proposta da LOA. Vocês já devem ter

compreensão do que está previsto ali. Nós, da oposição, vamos nos debruçar e vamos fazer as nossas emendas no sentido de ajudar vocês a fazer o trabalho de vocês. A gente conta também com esse diagnóstico: como é que está a saúde no nosso Município? Para além de dizer que não tem como fazer, no que é que dá para a gente contribuir, enquanto Câmara de Vereadores, para tentar amenizar esses números de hoje, que são números extremamente alarmantes?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente Hamilton, nosso amigo ilustre, secretário Fernando Ritter; Richard Dias, nosso secretário também, é bom tê-los conosco aqui na Câmara; me senti contemplado pelas exposições feitas. O Ver. Cecchim me pediu que eu falasse também em nome de outros vereadores, então estou aqui fazendo esta manifestação. Esse encaminhamento relativo à remuneração do piso da enfermagem, nós temos recebido – e eu, particularmente –, desde algum tempo, uma série de telefonemas e pessoas perguntando quando aconteceriam os pagamentos. Eu sei e acompanhei bem a exposição, alguma coisa parece que já foi paga, então o que é que nós temos aí em termos de pagamentos para os enfermeiros, auxiliares e técnicos? Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente Hamilton. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, secretário Ritter, secretário Richard; eu acho que hoje aqui, nesta Casa, se deu uma demonstração de democracia. Antes, tivemos o prefeito, em um campo aberto, no Salão Adel Carvalho, para todos participarem. Agora, V. Exa. vem aqui e, pelo que eu vi, a grande maioria da oposição pôde inquiri-lo, fazer perguntas e até o elogiar aqui, na tribuna. Eu acho que essa é uma maneira que o prefeito Melo tem conduzido as suas ações na cidade, hoje, carimbado por todos os vereadores da Casa. E V.Exa. teve e vai ter a oportunidade de responder pergunta por pergunta, pela sua capacidade, pelo seu conhecimento dos fatos. E nós ficamos muito felizes aqui, na liderança do governo, sabendo que temos um prefeito democrata e temos secretários que, além de democratas, são competentes também. Então, eu queria, antes de tudo, lhe agradecer por ter vindo, o Ver. Oliboni muitas vezes pediu essa pauta, e V.Exa. não se esconde para responder a qualquer um. Às vezes, mais do que uma resposta, é uma orientação, e é o que eu tenho certeza que V.Exa. fará daqui alguns minutos. Por isso, quero agradecer a sua presença, e agradecer as perguntas de todos os vereadores e vereadoras da oposição ou da situação, a final de contas, nós estamos aqui para um bem maior, que é a saúde daqueles que mais precisam, e a Prefeitura de Porto Alegre se preocupa muito com isso, facilitando mesmo que não se tenha as condições para fazer

aquilo que se quer, mas fazer o máximo com o mínimo que se tem. Muito obrigado, Presidente; obrigado, secretário; obrigado, vereadores.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Sr. Fernando Ritter, secretário municipal da Saúde, está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. FERNANDO RITTER: Primeiro, eu queria agradecer a oportunidade, Presidente Hamilton. Eu acho que tivemos uma boa discussão, Ver. Oliboni, uma excelente discussão, de alto nível e a gente pode crescer com isso. Quero dizer que eu vou dividir o meu tempo aqui com o secretário Richard, mas vou tentar esclarecer alguns pontos aqui que foram colocados pelos vereadores. Eu acho que a magia da democracia é isso – não é, Ver. Jonas? A gente poder conversar, a gente pode ter as divergências, e, através das divergências, a gente crescer. É bom saber que todos nós estamos do mesmo lado, querendo que todos os profissionais sejam muito bem remunerados, que todos recebam dentro dos processos, mas de forma que a gente tenha segurança para poder fazer isso e que a gente não cometa o erro de deixar alguém fora, e, principalmente, de se cometer um erro e tenha que se devolver recurso financeiro. Então, essas divergências que o Ver. Pedro Ruas coloca, e eu sempre admiro o Ver. Pedro Ruas pela sua elegância na forma como coloca, de forma muito propositiva, e as diferenças são construídas de forma a se crescer; por isso eu te agradeço muito.

Sobre a questão da FASC, naquele primeiro momento, quando foi dada uma planilha, não se permitia colocar qualquer serviço que não seja um estabelecimento de saúde. E aí nós andamos no mesmo compasso de achar que isso foi um equívoco. Eu acho que foi um erro de interpretação colocado ali na cartilha, onde eles, taxativamente, ignoraram o SUAS; eles levaram em consideração apenas o SUS, talvez porque o recurso vai sair do Ministério da Saúde e talvez devesse sair do núcleo de governo. E aí talvez isso se resolvesse. Jamais esquecendo as instituições de longa permanência, que tem um número maior ainda do que o SUAS de trabalhadores da área da enfermagem. Neste momento ainda não é permitido, está lá na cartilha; e nós concordamos que não está certo, mas não permite, porque quando a gente manda levantar o dado para lá, se estiver o campo em branco, ele dá inconsistência e não permite. Talvez tenha que ser revisto.

E aí, a Ver.^a Abigail pergunta: “Como é que a gente pode ajudar?” Ver.^a Abigail, conversar com o governo para rever esses critérios, onde eles ignoraram o SUAS, que é uma massa fantástica de trabalhadores, que se intersecciona com a saúde e com quem nós trabalhamos conjuntamente, porque não tem como... Se o SUAS não existisse, o SUS estaria sobrecarregado, porque a Constituição coloca que a saúde é direito de todos e dever do Estado, e que saúde é transporte, lazer, trabalho, segurança, moradia. E se a gente pensar, o SUAS trata daquilo que o SUS não consegue. Então, deve ser pensado nisso. Eu também acho que não importam culpados, mas é muito triste ver pessoas tentando culpabilizar o governo municipal no sentido de que ele é o responsável por isso. Não, o erro está na origem, e como bem colocou o Ver. Jonas Reis, houve muitas interferências – muitas interferências – judiciárias. E eu acho, vereadora, que talvez,

queria que a senhora pensasse, talvez politicamente não esteja tão resolvido assim, entendeu? Porque essa discussão, e a gente sabe que o Supremo é político, ele não é um ente apenas jurídico, entendeu? Então, a política é a essência da negociação do processo, então eu acho que ainda não está bem resolvido, porque, politicamente, foi discutida uma coisa, e, na prática, foi colocada outra, não foi contemplado o todo. Então, na minha humilde opinião, eu acho que politicamente ainda tem pontos a serem corrigidos.

E os critérios da cartilha, também gostaria de levar que pensassem que eles não são claros, se fossem claros estaria resolvido, entendeu? É o mesmo que se o Brasil, e eu repito as palavras do prefeito Sebastião Melo, dizer que se o Brasil dependesse, se fosse por lei, o Brasil estaria resolvido e não está, porque as leis não são claras. Então, a cartilha colocada pelo governo federal não está clara, talvez teria que ter sido feito um debate, assim como a gente fez, e eu não vi isso no Congresso Nacional. E parabênzo os vereadores por estarem colocando isso num debate público, deveria ter sido feito isso no Congresso, deveria ter sido feito isso nos espaços de discussão populares e dos trabalhadores. Eu lembro que os trabalhadores também não foram ouvidos dentro desse processo. Então, tem uma questão do passado que não pode ser pensada imediatamente como uma solução fácil de ser resolvida, então, eu queria que pensassem que a cartilha ainda tem arestas a serem resolvidas, que a política não está resolvida e, juridicamente, ainda carece de avaliação pelo Supremo em alguns pontos. Então, é esta confusão que coloca.

Ver.^a Karen, queria oportunizar, também colocar o seguinte, tu colocaste ali, na parte inicial, da tua fala sobre a terceirização da responsabilidade; a gente não está terceirizando a nossa responsabilidade, nós estamos assumindo a responsabilidade.

E quero dizer claramente aqui para todos e para todos os que estão nos ouvindo que ainda não está claro esse processo, que, se fosse simples, estaria resolvido. Meu avô sempre dizia que as coisas fáceis se resolvem fácil. As coisas difíceis exigem muito diálogo e conversa... e escrever, e hoje o que está escrito não está claro. Então, quando a gente tem dúvida de processo, porque depois a gente responde anos a fio, e quem recebe também responde anos a fio, e a gente não pode errar, e houve falhas no processo, está melhorando. Então, eu queria dizer que as gratificações, a própria cartilha coloca que algumas gratificações são contempladas como fixas e outras são variáveis. Então, a gente não pode ignorar que elas existem, dependendo muito do conceito dessas gratificações, porque elas são diversas em muitos municípios. Eu queria ter a oportunidade de mostrar isso para a senhora em algum momento, fico aqui à disposição. O pessoal do meu gabinete está aqui, se quiserem posso esclarecer isso, e aproveito para entrar na discussão das filas, que a senhora colocou, com muita propriedade, a questão das filas.

As filas são um problema nacional; o Brasil investiu inteligentemente, ao longo dos anos, na ampliação da Atenção Primária à Saúde. Se vocês olharem os dados de Porto Alegre, desde a implantação do Gercon, do Gerint e do Gerpac, a gente vinha em um processo de redução imensa dessas filas. Nós chegamos a ter, antes da pandemia, entre 30 mil a 40 mil pessoas na fila, e que nós, com certeza, em um ano e meio, teríamos

fila compatível com a nossa oferta e a nossa demanda. Isso eu posso mostrar através dos números e, se a senhora me permitir, eu gostaria de mostrar isso presencialmente, porque é um outro debate, posso trazer até aqui, na plenária, aqui, para todos ouvirem.

A gente iria conseguir reduzir, no entanto, a pandemia desorganizou todo o sistema. E nós não vamos corrigir o problema da pandemia em um, dois, três anos, dez anos é a estimativa. Tanto é que o governo federal, ao assumir, lança um programa de redução de filas; o governo estadual amplia este programa de redução de filas; e Porto Alegre lançou agora, no início de setembro, o Agiliza Saúde, com o objetivo de a gente reduzir o tempo de espera nas filas. Nós oferecemos a todos os prestadores de serviço as nossas filas, e o prefeito Sebastião Melo, preocupado com isso, disse o seguinte: “Fernando, ofereça toda a fila que eu compro – toda! –, toda a fila eu compro.” Eu mandei para todos os prestadores, aos 18 hospitais, aos serviços contratualizados, e infelizmente os serviços estão esgotados, porque outras demandas se atravessaram, a emergencialização, entramos em uma crise. Eu acho que nós estamos em um processo de colapsar o sistema de saúde como um todo. Nós estamos com a crise dos hospitais do entorno de Porto Alegre, Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Canoas.

Recentemente, ontem, o prefeito de Canoas lança um programa para a recuperação de um hospital extremamente importante, saúdo isso, porque é importante, porque ele é um anteparo nosso. Agora, semana passada, foi fechada a maternidade do hospital de Alvorada e de Cachoeirinha, o de Viamão tinha sido fechado já há bastante tempo. E isso tudo sobrecarregou o sistema de saúde de Porto Alegre de tal maneira que a gente não pode olhar Porto Alegre como uma ilha, mas ela é a salvaguarda de muitas pessoas. Eu vim do interior, e a minha mãe foi salva, ela só existe hoje – está com 80 anos de idade –, porque Porto Alegre a acolheu há mais de 30 anos atrás. Porque na minha cidade não tinha serviço que pudesse dar conta do serviço que ela precisava, e assim são os 496 outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Então, nós precisamos unir forças para podermos avançar, e eu queria apresentar também a questão do Agiliza e aproveitar dizendo que falem para as suas bases atualizarem seu cadastro, porque nós estamos com uma dificuldade incrível, não estamos conseguindo contato com as pessoas nas filas. Talvez por muito tempo, talvez porque as pessoas mudam, talvez porque as pessoas não atendem um telefone desconhecido, e acabam perdendo a oportunidade, e a gente tem que passar para outra. Então, eu queria ter essa oportunidade de falar sobre isso, fica aqui meu pedido, Presidente. Com relação ao PACS, eu também gostaria de mostrar que teve mudanças, desde aquela visita de vocês, nós botamos os auxiliares de saúde bucal, nós nomeamos servidores, e servidores estão sendo incorporados lá dentro do processo, e eu queria mostrar esses números dentro desse processo também. Mas se eu entrar nesse processo talvez a gente fuja do tema. Com relação à comunicação do gabinete do prefeito, eu preciso dizer que, hoje, a comunicação do gabinete do prefeito salva todas as demais secretarias. Por exemplo, a campanha de vacinação que nós estamos lançando agora – dia 14, nós teremos lá na esplanada, na Restinga, o lançamento da nossa campanha, no dia D, dia 21, e eu convido os vereadores a chamar para vacinar, quem quiser vacinar, que venha se vacinar, dia 21, dentro dos nossos municípios, todas as

nossas unidades estarão abertas, ou boa parte delas – foi paga pelo gabinete do prefeito. Entendeu? É isso! Então, a comunicação com o Zé Gotinha, com todos os processos, o secretário Otávio tem sido a nossa salvaguarda, então, é importante a gente dizer que ele é a comunicação do Município, não é apenas do prefeito, ele está centralizado no gabinete do prefeito. A gente usa a nossa, mas eu, dentro dos meus recursos limitados de processo, eu acabo tendo que fazer uma escolha de investir em tratamento, recuperação e serviço, do que eu investir em comunicação, e comunicação é o mal da humanidade. Assim como a saúde mental e alimentação, eu digo que esses três, se a gente tiver uma comunicação mais efetiva, talvez a gente consiga fazer com que as pessoas entendam a prevenção da melhor forma possível, então, é fundamental a gente colocar isso aí. Ver. Airton Ferronato, só para avisar, nós começamos, a partir da semana que vem, a fazer os repasses, com muito esforço e tentativa. E quero dizer o seguinte: desculpa se a gente não conseguiu botar em 30 dias, mas a confusão era grande, a gente não consegue colocar isso, e o prefeito está todos os dias perguntando, porque ele quer saber também, ele quer saber a solução, e a Secretaria da Fazenda está envolvida, a Secretaria de Transparência está envolvida, a Controladoria está envolvida. A nossa procuradora Juliana está aqui, que é quem, incansavelmente, tem feito todas as discussões jurídicas do processo para garantir segurança, porque a Procuradoria tem que defender o Município, e nós não podemos cometer erros; se os outros cometeram, nós não podemos compartilhar o erro dentro desse processo. Então, Ver. Idenir, finalizando, digo que estamos sempre à disposição, jamais deixarei de atender uma convocação, pedido ou favor de qualquer vereador. Nós vamos fazer todo o possível, porque vocês são os legítimos representantes do povo, e nós temos que operacionalizar as coisas de forma que sejam discutidas, tomada as decisões técnica, política, jurídica, e sabendo que têm órgãos de controle que vão apontar se tiver erros. Era isso, vou passar a palavra para o secretário Richard.

SR. RICHARD DOS SANTOS DIAS: Obrigado, secretário Ritter. Primeiro, quero agradecer ao nosso Presidente Hamilton, a todos os vereadores, em especial ao Ver. Oliboni, que nos chama, nos convida a tratar dessa pauta tão fundamental, e como disse o secretário Fernando, que não está fazendo tão parte do nosso dia a dia.

Eu vou pegar dois *links*, eu acho que o primeiro é mais fundamental, que foi boa parte dos questionamentos dos vereadores: quando aconteceria esse grupo de trabalho que nós nos comprometemos na última reunião? Daí cito também o Ver. Jonas, que nos perguntou diretamente, Marília, Marco, João Ezequiel, que estavam nessa reunião, sexta-feira passada, sobre a temática, na qual nos comprometemos, eu e Fernando, de forma geral, a marcar esse grupo de trabalho, e nós sugerimos a data, até para não dar muito tempo, para que fique para o dia 13 agora, sexta-feira, 13h30min, se todos vocês puderem e concordarem. Já é uma marcação agendada comigo, com o Fernando, toda nossa área técnica, inclusive está aqui saúde e SMAP, Ver. Jonas.

Em continuidade, pegando o *link* com que a Ver.^a Biga mencionou, nós temos ali os critérios da cartilha, e o secretário Ritter, em sua explanação, deixou bem claro: a

cartilha, até talvez em função da complexidade que é a remuneração do Município, e cada município tem as suas variações, e Porto Alegre não é diferente, ela tem a sua natureza complexa e existe, sim, uma zona cinzenta ainda, que não fica muito claro se são verbas permanentes, fixas, ou se elas são temporárias ou mesmo variáveis. Então, essa diferenciação que está expressa na planilha que veio do Ministério da Saúde também nos causa algum tipo de dúvida, porque existem gratificações, situações, principalmente de regime e lotação que causam dúvidas, inclusive em nós que trabalhamos diretamente com a questão dos servidores. É óbvio, para não prejudicar o sistema, já que ainda não houve essa resposta por parte do ministério, dizendo se o nosso entendimento está correto ou errado, foi fundamental avançarmos num entendimento, numa interpretação da cartilha, e a nossa área técnica da saúde, da SMAP, fez isso com muito esforço para que a gente pudesse avançar em algum critério de avaliação, e isso foi feito. Nós preenchemos, o primeiro preenchimento dessa planilha foi uma análise com base numa interpretação da cartilha e dessas zonas cinzentas, vamos dizer assim, que a gente ainda não tem uma certeza cem por cento. Por isso até que, inclusive, se mostra tão fundamental essa discussão do grupo de trabalho, para que a gente possa aprofundar, mas isso não exclui... Parece-me, acho que encerro a minha fala, secretário Fernando, peço aos vereadores a sua força também nesse sentido, que nos ajudem junto ao ministério, esses dois requerimentos que já foram feitos, inclusive um foi reiterado na data de ontem, são fundamentais para dar segurança jurídica, não só a nós, administração, mas também aos colegas, os prestadores que estão na ponta, lutando pela saúde, que, se receberem de forma equivocada, também terão problemas ali na frente. A gente quer evitar isso, a gente quer fazer um pagamento adequado, certo, legítimo, como é para os trabalhadores da saúde, que merecem tanto. Agradeço novamente a todos os vereadores pelo convite; estamos, como disse o secretário Fernando, sempre à disposição desta Casa.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, queria agradecer aqui a vinda o secretário Fernando Ritter, ao mesmo tempo dizer que nós agradecemos a janela aberta aqui para receber as entidades, ir conversando, melhorando a relação com o governo federal, a gente sabe que é uma questão muito polêmica. Os trabalhadores aguardam ansiosamente o pagamento do piso. Todo mundo já sabe, secretário, que parte da grana veio, ela está aqui; o próprio prefeito aqui, numa reunião, disse que assim que resolver a situação legal ou não legal, enfim, está repassando o recurso. Nós aqui gostaríamos de saber à medida em que podemos também colaborar e interagir com o governo federal, no Ministério da Saúde, estamos à disposição, esperamos que esse recurso venha logo, antes do final do ano, que seja retroativo a maio, que é um direito dos trabalhadores da saúde, o piso nacional de salário. Muito obrigado!

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Apenas dois registros, dia 21 é vacinação do que, secretário?

SR. FERNANDO RITTER: Multivacinação.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): E há limites de faixa etária? Para baixo, para cima?

SR. FERNANDO RITTER: É campanha de multivacinação, todas as mais de 40 vacinas estarão disponíveis para todas as faixas etárias, tem para criança, tem para adolescente, tem a vacina da gripe, tem a vacina da covid, tem todas as vacinas, todas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): E essa reunião com os sindicalistas é na sexta-feira?

SR. FERNANDO RITTER: Isso. Dia 13, depois de amanhã.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Se os sindicalistas me convidarem, eu estarei na reunião. Obrigado. Não é proibido, ou é? Há alguma dificuldade de estar presente?

SR. FERNANDO RITTER: Às 13h30min, na SMAP.

Vereador Adeli Sell (PT): Desculpe, Presidente, eu acabei de receber uma comunicação de que o governo federal, uma ampla delegação, estará em Porto Alegre nos dias 18 e 19 ou nos dias 19 e 20, então há que se confirmar se há membros do governo na área da saúde, e o que se pode fazer, já que eles estarão no Estado. Pelo que eu vi, é um amplo calendário, mas, como eu recebi agora, peço desculpa, só depois vou verificar.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, secretários, queremos agradecer aqui, em nome também dos trabalhadores da enfermagem, essa disposição para sentarmos e construirmos as soluções para que o dinheiro de Brasília esteja logo nas mãos dos trabalhadores. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Agradecemos a presença do Sr. Fernando Ritter, secretário municipal de Saúde, e do Sr. Richard dos Santos Dias, secretário adjunto da SMAP. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h01min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h07min) Estão reabertos os trabalhos.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Em votação.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0327/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 166/23, de autoria da Verª Psicóloga Tanise Sabino, que institui o ObservaPOA – PSI no Município de Porto Alegre. (SEI 215.00042/2023-01)

PROC. Nº 0604/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 349/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que regulamenta a prestação de serviço de transporte individual de passageiros denominado mototáxi no Município de Porto Alegre. (SEI 220.00139/2023-08)

PROC. Nº 0780/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 455/23, de autoria do Ver. José Freitas, que revoga o inc. III do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.533, de 2 janeiro de 2014, que cria o Programa Parada Segura. (SEI 034.00326/2023-16)

PROC. Nº 0922/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 548/23, de autoria da Verª Mônica Leal, que declara como bem cultural de natureza imaterial do Município de Porto Alegre a Banda Municipal de Porto Alegre. (SEI 038.00076/2023-11)

PROC. Nº 0327/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 133/20, de autoria do Ver. Adeli Sell, que declara de utilidade pública o Complexo Esportivo Barro Vermelho. (desarquivado pelo Ver. Jonas Reis) (SEI 022.00238/2020-75)

PROC. Nº 0916/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 543/23, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que declara como patrimônio histórico e cultural do Município de Porto Alegre o imóvel localizado na Rua Furriel Luiz Antônio de Vargas, 135, Bairro Bela Vista – Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Maria Thereza da Silveira. (SEI 207.00030/2023-86)

PROC. Nº 0948/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 563/23, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que permite o funcionamento de entidades destinadas à prática e ao treinamento de tiro desportivo sem restrição de horário e sem necessidade de distanciamento mínimo de quaisquer outras atividades no Município de Porto Alegre. (SEI 036.00135/2023-44)

PROC. Nº 1002/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 589/23, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Pedra do Rei o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 5148, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. (SEI 218.00061/2023-26)

PROC. Nº 1006/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 591/23, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que inclui a efeméride Dia do Combate e Conscientização contra os Alagamentos no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 8 de setembro de cada ano. (SEI 144.00013/2023-21)

PROC. Nº 1009/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 592/23, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui a efeméride Semana de Conscientização e Incentivo ao Diagnóstico Precoce do Retinoblastoma no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 18 de setembro. (SEI 021.00252/2023-12)

PROC. Nº 1025/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 604/23, de autoria do Ver. Juan César SAVEDRA, que inclui a efeméride Dia da Ordem DeMolay no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 24 de março. (SEI 245.00004/2023-10)

PROC. Nº 0704/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 058/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Dr. Alceu Gomes Correia Filho. (SEI 215.00072/2023-17)

PROC. Nº 0863/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 064/23, de autoria da Mesa Diretora, que autoriza a Câmara Municipal de Porto Alegre a filiar-se à Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL). (SEI 014.00023/2023-13)

PROC. Nº 1016/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 077/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Raquel Lomando de Assis. (SEI 039.00109/2023-13)

PROC. Nº 0933/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 025/23, que cria 45 (quarenta e cinco) cargos de Profissional de Educação Física e extingue 4 (quatro) cargos de Recreacionista e 150 (cento e cinquenta) cargos de Operário, todos de provimento efetivo, no Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre, constante da letra “a” do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores. (SEI 118.00553/2023-31)

PROC. Nº 0945/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 561/23, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, que denomina Rua Terezinha Carmen Moreira o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Cinco Lot. Liberdade, CTM 8083149, localizado no Bairro Farrapos. (SEI 019.00149/2023-85)

PROC. Nº 0982/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 581/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Marcos Ferreira Barcelos. (SEI 039.00099/2023-16)

PROC. Nº 0994/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 586/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Roberto Dimari Rodrigues. (SEI 039.00106/2023-80)

PROC. Nº 0998/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 074/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, que concede a Comenda Porto do Sol a Marcel van Hattem. (SEI 298.00059/2023-87)

PROC. Nº 0999/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 587/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia da Equoterapia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 10 de agosto. (SEI 024.00216/2023-56)

PROC. Nº 1001/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 588/23, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que inclui a efeméride Semana de Conscientização do Climatério e da Menopausa no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana iniciada pelo dia 18 de outubro, e dá outras providências. (SEI 299.00132/2023-10)

PROC. Nº 1011/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 594/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina José da Cruz Duarte o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco E BC da Vitória, localizado no Bairro Boa Vista do Sul. (SEI 165.00198/2023-52)

PROC. Nº 0992/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 073/23, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que concede a Comenda Porto do Sol ao Senhor Aod Cunha de Moraes Junior. (SEI 036.00139/2023-22)

PROC. Nº 1005/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 075/23, de autoria do Ver. Pablo Melo, que concede a Comenda Porto do Sol à Sociedade dos Amigos dos Balneários de Ipanema – SABI. (SEI 218.00063/2023-15)

PROC. Nº 1015/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 076/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede a Comenda Porto do Sol ao Centro Comunitário Orfanatrófico. (SEI 039.00108/2023-79)

PROC. Nº 0852/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 063/23, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Andrade Maia Advogados. (SEI 037.00243/2023-16)

PROC. Nº 0894/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 530/23, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que assegura a isenção das taxas de inscrição em concursos públicos e processos seletivos do Município de Porto Alegre às candidatas lactantes. (SEI 299.00114/2023-38)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0950/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 564/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Capelão Militar Walter de Matos Benites o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua F – Vila Mimo de Vênus, localizada no Bairro Mário Quintana. (SEI 215.00104/2023-76)

PROC. Nº 0953/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 566/23, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Praça Brigadeiro Nero Moura o logradouro público cadastrado conhecido como Praça 975. (SEI 025.00025/2023-93)

PROC. Nº 0963/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 572/23, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que denomina Rua Arysoli Bueno da Silva o logradouro público conhecido como 5063, CTM 8657017, localizado no Bairro Boa Vista do Sul. (SEI 161.00085/2023-51)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do Requerimento nº 199/23, passar à discussão e votação do PLL nº 023/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu pedi o espaço de liderança exatamente, Presidente, para falar aqui aos nobres pares com muita serenidade, eu quero entrar nesse debate sobre guerra e paz. Eu acompanho a questão da Palestina desde 1997, na luta que nós fizemos pela libertação da Lamia, uma mulher da Palestina que ficou presa política em Israel, anos seguidos, sem ver os filhos, sem ver família, incomunicável. Então, acompanhar essa questão impõe a todos nós que a gente consiga conhecer a história e por que as coisas chegaram a este ponto.

Nós sempre fizemos a defesa do Estado de Israel e a existência do Estado Palestino. Nós sempre defendemos a existência dos dois estados independentes. Isso está nas resoluções seguidas da ONU, a desocupação da Faixa de Gaza e Cisjordânia por Israel sempre esteve nas resoluções da ONU, sempre. Israel nunca ouviu. Nós denunciemos o holocausto. Nós temos total solidariedade ao povo judeu e temos também a solidariedade à população Palestina. O Hamas não é a Palestina, o Hamas não representa o conjunto da população Palestina. Mas isso tudo chegou a esse ponto, porque Israel nunca reconheceu o Estado Palestino, nunca reconheceu Jerusalém Oriental como sua capital. Nós precisamos olhar a história, as coisas não chegaram a esse ponto por acaso, as coisas não acontecem por acaso. Isso significa ataques a civis? Não. Ninguém aqui, tenho certeza, ninguém aqui apoia ataques onde morram civis, sejam crianças, mulheres, homens, idosos, nenhum. Mas nenhum deles, nem do Hamas e nem de Israel, contra a Palestina. Hoje, o que nós estamos vendo acontecer é a dizimação da população da Palestina, estão dizimando, sim, a população desde 1977. É um cárcere a céu aberto, já foi dito aqui inclusive, não tem água, não tem combustível, desde 2014 que as mulheres estavam tendo filhos na rua, porque não conseguiam atravessar a fronteira de Jerusalém para terem os seus filhos no hospital.

Quero aqui dizer que nós fazemos a defesa do Estado de Israel e do Estado Palestino. As coisas chegaram a esse ponto depois de terem sido avisados muitas vezes, o governo de Israel sabia dessa possibilidade e nada fez, ao contrário, piorou os ataques, o cerceamento àquele povo. Então é óbvio que nós precisamos condenar todos os ataques à população civil, venham de onde vier, mas que nós precisamos, como parlamentares, é lutar pela paz. Nós nos posicionamos contra todos os ataques terroristas de um grupo, o terrorismo de estado, gente, temos que ser contra todos os ataques que façam as pessoas civis perderem as suas vidas, condenar, sim, todos eles com certeza, mas, aqui, nós temos que nos posicionarmos pelo cessar fogo, é isso que nós queremos, cessar fogo. Para concluir, eu reitero nossa moção que nós apresentamos, estamos discutindo inclusive, aqui aceitamos as opiniões, para que seja, de verdade, uma moção pela paz, pela garantia dos dois estados, pelo direito dos povos que são irmãos, tanto o povo judeu como o povo palestino. É desta forma que a gente fala, é o respeito à população civil, é a defesa da paz. Nós assistimos hoje as notícias que o Brasil está trazendo brasileiros que estão em Israel; eu quero que ele traga os que estão na Faixa de Gaza morrendo, ou pela guerra ou pela fome. É pela paz. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Eu preciso fazer um comunicado da Mesa Diretora a respeito de registro de filmagens de parlamentares no Plenário Otávio Rocha e nas demais dependências do Palácio Aloísio Filho. (Lê.): “Em reunião realizada nesta manhã, a Mesa Diretora desta Casa deliberou a respeito do acesso de assessorias, visitantes, imprensa no Plenário Otávio Rocha devido aos fatos recentemente ocorridos nesse espaço. Com isso, entendeu-se necessário que fizéssemos também aqui no plenário a leitura do comunicado que tem como objetivo reforçar os pontos elencados no Regimento desta Casa que integram a Ordem de Serviço nº 11/2023, assinada pela Mesa Diretora em agosto. Sendo assim, viemos reforçar que a cobertura audiovisual e jornalística da Câmara Municipal e das sessões são prioritariamente executadas pelos servidores, jornalistas, fotógrafos e equipes de cobertura multiplataforma da Diretoria de Comunicação Social e TVCâmara, não podendo esses serem prejudicados pela atuação de profissionais ligados aos mandatos e visitantes (...) [Aqui quero fazer uma observação que os vereadores estão se queixando que não estão tendo aquelas imagens de movimentação do plenário, porque a comunicação da Casa não está conseguindo fazer, porque sempre tem (Expressão retirada por determinação do orador.) do lado dos vereadores, que são assessores que não saem do lado do vereador. Sendo que as cadeiras lá são para os assessores ficarem sentados e não ficarem de pé do lado do vereador.] (...) O acesso ao plenário é exclusivo aos parlamentares e servidores da Casa que aqui atuam, diretores, visitantes, convidados e um assessor de plenário por bancada, sendo que este último deve sempre utilizar o crachá de identificação específico. Há possibilidade de, quando e somente na ocasião de o parlamentar estar fazendo uso da tribuna, um assessor do mesmo, identificado com crachá azul de comunicação parlamentar, adentre o plenário para fazer o registro da fala. Sobre isso o regramento é claro: ‘o acesso é permitido apenas para gravação da fala do seu parlamentar e, após a conclusão da explanação, o assessor deve retirar-se do interior do plenário’. É importante destacar também que os profissionais que atuam na comunicação dos mandatos parlamentares não têm autorização para registros dos demais parlamentares desta Casa, uma vez que exercem nesse espaço a função de assessoria parlamentar e não de jornalismo e imprensa externa. Sendo assim, ressaltamos, ainda, que a fiscalização e a orientação a respeito do cumprimento dessas normativas é exclusiva da Diretoria de Comunicação Social desta Casa, a qual deve ser procurada em casos conflitantes. As equipes de segurança da Casa e a diretoria continuarão a atuar de forma efetiva para garantir o cumprimento desse Regimento e a segurança de todos que aqui atuam.”

Obrigado.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, nós ouvimos atentamente a sua leitura. Uma questão de ordem, eu aqui observando, rapidamente, este plenário, vejo muitas cadeiras vazias ao fundo, extremamente vazias, ali também, e eu questiono se esta Casa tem ou não tem cargos criados para assessorar o plenário. São mais de 30 e mais 18 ainda das bancadas, se eu não me engano, são 18 bancadas, um por bancada. Onde então estão esses trabalhadores? Fica a pergunta diante da leitura do seu documento. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Jonas Reis, feito o seu registro.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, só para dizer que os assessores não são culpados de nada; o culpado é o vereador que dá ordem. Esse, sim, tem que ser investigado. Quais as intenções desse vereador de fazer essas coisas? O responsável é o vereador; o assessor é assessor.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, desde que entrei nesta Casa, tenho muito respeito por V. Exa., e V. Exa. é muito elogiado nos corredores da Casa pelos servidores de carreira, pelos pares, pela sua presidência, e isso é realmente notável. Mas acho que a palavra (Expressão retirada por determinação do orador.) foi mal utilizada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Retiro a palavra (Expressão retirada por determinação do orador.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Porque nós temos muitos servidores que se esmeram, eventualmente eles podem ficar um pouco parados ali, acho que (Expressão retirada por determinação do orador.) não condiz com V. Exa., que é um fidalgo. Então, se o senhor retira das notas taquigráficas a palavra (Expressão retirada por determinação do orador.), eu vou ficar muito feliz, meu Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Retiro a palavra (Expressão retirada por determinação do orador.). Essa palavra tem sido uma brincadeira usada entre os próprios meios de comunicação, não sendo desrespeitosa aos assessores que fazem e prestam um bom serviço. É que realmente a Comunicação da Casa gostaria de ter mais liberdade para poder tirar fotos dos parlamentares.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Nisso estamos juntos. E eu acho que é verdade o que o Ver. Cecchim falou, tem de começar por nós, parlamentares, orientar o que fazer e o que não fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Uso o tempo de liderança do PSOL para expressar minha indignação por, novamente, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre ser reconhecida nacionalmente por uma vergonha de ter aprovado uma moção de solidariedade não ao povo de Israel, ao povo da Palestina, que estão sofrendo os impactos dessa guerra imperialista, mas uma moção de solidariedade ao Estado de Israel, que tem toda a responsabilidade para cessar, ou não, um conflito que se arrasta há

décadas dentro daquela região. Não me admira ter vindo essa moção de solidariedade ao Estado de Israel – e nós não estamos falando de uma guerra, nós estamos falando de um massacre – desses mesmos vereadores que não se posicionam em relação ao massacre do povo yanomami, que não se posicionam em relação ao massacre do povo xokleng, neste momento, em Santa Catarina, que não se posicionam nem nas guerras locais de Porto Alegre. Nós estamos com mais de dez pessoas que perderam a vida fruto da guerra do tráfico de drogas na Zona Norte da nossa cidade, nós estamos com toque de recolher, e a sessão de segunda-feira foi para legitimar o massacre de um povo. Nós reivindicamos a autodeterminação, não tem meio-termo, a gente tem que se posicionar em relação ao massacre que o povo palestino vem sofrendo e à responsabilidade do Estado de Israel, primeiro, de garantir a proteção do seu povo – um dos exércitos mais bem equipados do mundo em âmbito de inteligência – e, também, a responsabilidade de cessar esse conflito que vem ceifando cada vez mais vidas. Responsabilidade, responsabilidade desta Câmara em reconhecer um processo de genocídio. Se não reconhece dentro do seu próprio território nacional, como ousa se posicionar em relação a um conflito que interfere na vida de outros povos? Uma tarde inteira de segunda-feira para negligenciar princípios básicos da democracia, princípios básicos do direito internacional, que é o direito de autodeterminação dos povos. Estamos indignados, estamos revoltados. No dia 18, quarta-feira, vai ter um ato, em Porto Alegre, em solidariedade ao povo palestino. Que se cobre a responsabilidade do Estado de Israel de cessar esse conflito histórico e que evite que mais vidas sejam ceifadas. Não queremos polarizar essa situação, mas queremos convidar os vereadores que adoram se posicionar em relação aos conflitos internacionais a olhar um pouco mais para o que está acontecendo na nossa cidade, o estado de *apartheid*, de segregação que existe na nossa cidade. Eu não vejo a mesma vontade, eu não vejo a mesma iniciativa, eu não vejo o mesmo furor desses mesmos vereadores em debater. Sabem por quê? Aqui em Porto Alegre, não é só debate; aqui em Porto Alegre, tem que resolver, e o governo Melo é responsável pela segregação que a gente tem na nossa cidade, é responsável pelos toques de recolher e manter os serviços de saúde, de educação, colocando em risco as comunidades escolares, a comunidade que está passando por uma situação de extrema vulnerabilidade nas mãos do tráfico de drogas. Aqui, em Porto Alegre, ao debater a situação da violência, tem que se comprometer a resolver. Por isso que é muito mais fácil ficar dando opinião em relação à crise global do sistema capitalista e as consequentes guerras, que são inerentes a tudo isso.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente. Eu não posso acreditar no que eu acabo de escutar aqui: duas mulheres defendendo violência contra mulheres. Por favor, assistam esse vídeo que eu recebi de um jornalista, preparem-se, porque ele é muito violento. Eu quero ver, Ver.^a Karen, Ver.^a Biga, as senhoras defenderem atrocidades, a barbárie que estão fazendo! Vejam, as mulheres são as

primeiras a serem violentadas! Não, eu não posso acreditar que as duas vieram aqui para defender o que não tem defesa! Vejam, arrastadas, violentadas, manchadas de sangue – isso é um absurdo!

Ora, agora, vamos à outra fala, Ver.^a Biga, eu estive em Israel, eu conheço Israel, veja bem, verdades: Hamas é um grupo terrorista banido e um usurpador do poder, da autoridade Palestina. Vinte mil residentes em Gaza cruzam diariamente a fronteira para trabalhar em Israel, onde, pasmem, o salário é mais alto do que em Gaza. Cerca de 300 caminhões levam materiais de construção, autopeças, alimentos, veículos, produtos químicos, combustíveis e voltam com produtos de Gaza para o mercado israelense, com produtos agrícolas, pescados e têxteis. Em Israel, há muçulmanos em todas as profissões, médicos, professores, enfermeiros, funcionários, mercado, advogados, cozinheiros, juízes professores, jogadores de futebol. Desde 2005, pasmem, não há nenhum judeu em toda a Faixa de Gaza, toda a população é palestina, todas as lideranças políticas, policiais, governamentais e religiosas são palestinas.

Hamas matou 40 bebês, mataram 250 jovens numa festa. É inaceitável o que está acontecendo. Pior ainda é alguém subir aqui para defender a barbárie que está acontecendo. A posição da esquerda revela a sua visão de mundo, e, infelizmente, eu tenho que dizer isso, e com tristeza, eu concluo que a esquerda tem uma visão de mundo que é quando interessa a violência... Isso aí é um, é uma... eu não consigo nem falar. Vejam: matando as pessoas e atirando, atiram vivas e depois matam. Eu recebi esse vídeo de Israel. Ora, senhoras e senhores, eu não consigo entender como é que alguém pode dormir à noite defendendo essa monstruosidade. Saibam as senhoras, Biga e Karen, que neste momento eu tenho um sobrinho de 18 anos num *kibutz*, a duas horas de Tel Aviv, e ele não consegue sair, sabem por quê? Porque os terroristas estão infiltrados matando jovens, crianças e estuprando mulheres. Eu não consigo entender o que é que passa na cabeça de vocês para politizar isso e defender. Não! Não posso acreditar. Isso é um ato terrorista do mais baixo possível. Não façam isso! Não façam isso!

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Presidente. Eu me sinto muito contemplado com a fala da Ver.^a Mônica Leal. Eu não pude estar presente fisicamente, estou remotamente hoje, estou acompanhando um quadro difícil aqui no Hospital São Lucas, mas eu precisava, com autorização do líder da bancada do PSDB, Ver. Gilson Padeiro, e do vice-líder Ver. Marcelo Conselheiro, me manifestar neste momento. Em primeiro lugar, queria esclarecer à Ver.^a Biba Pereira e à Ver.^a Karen, e quando elas falam sobre defender o Estado da Palestina, o governo palestino nada tem a ver com o Hamas. O Hamas expulsou inclusive o Fatah, que representava o governo palestino lá na Faixa de Gaza, quando foi entregue aquele território, em 2005. Demorou dois anos para que o Hamas expulsasse o Fatah do governo palestino. Então, eu acredito que as vereadoras, por ignorância, por pura ignorância, por puro desconhecimento e por

puro envolvimento ideológico de partidos de um campo, vamos dizer assim, comprometido há um bom tempo, tendo em vista que o Celso Amorim, assessor do governo Lula, em março deste ano, se deu encorajado, essa foi a expressão dele textual, e colaborou num livro, dizendo que era importante que o Hamas estava falando, cada vez mais, politicamente pela causa Palestina. É uma ignorância defender e falar sobre os palestinos de forma genérica, de forma aberta e confundir isso com um grupo terrorista, assassino, cruel, invasor, estuprador, sequestrador, chamado Hamas. E eu lamento profundamente – profundamente – que pessoas que têm inclusive parentes, e lamento aqui pela... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos acompanha aqui e acolá pelas redes sociais; é uma pena que ainda estejamos falando de um assunto que parece bastante óbvio. Nós temos flagrantemente um grupo terrorista que, deliberadamente, invade um país soberano, estupra mulheres e as faz correr pelas ruas, sujas de sangue na região da vagina e da bunda. A informação que se tem é de que bebês foram decapitados em um *kibutz*. Temos o relato de um brasileiro que escapou, não teve a mesma sorte do seu amigo porto-alegrense, o Ranani, que foi morto, e este brasileiro diz: “Eu passei imediatamente a lembrar de Auschwitz, pois eu estava num *bunker* público, apertado, e o Hamas jogava bombas de gás para dentro desse abrigo para nos sufocar.”

A causa palestina não é de se desagravar, eles têm a sua causa, eles têm o seu ponto. É bem verdade que, após o fim do Império Otomano, foram oferecidos, primeiro pela Liga das Nações, depois pela ONU, diversos acordos onde inclusive os palestinos iriam ficar com 70% do território, que, aliás, não era dos palestinos, era do Império Otomano, e depois a Grã-Bretanha, que tinha a posse por ter derrotado os turcos; mas, sim, as pessoas têm direito a lutar por seus interesses.

Esta Casa Parlamentar tem 36 vereadores e vereadoras, eleitos pelos seus eleitores para estarem aqui fazendo a política, defendendo interesses. A Faixa de Gaza palestina tem o Fatah, que é um partido legitimamente instituído. Yasser Arafat foi um dos grandes líderes, fez acordo de paz, recebeu o Prêmio Nobel. Israel ofereceu diversos acordos de terra, alguns deles o Yasser Arafat assinou, tanto é que foi o Prêmio Nobel, os Acordos de Oslo.

Em 2005, Israel se retira da Faixa de Gaza e diz: se autogovernem, não tem problema. O problema é que entra o Hamas, um grupo terrorista tão cruel quanto o Isis, tão cruel quanto o Hezbollah, que mistura uma interpretação fanática do islamismo com o estado. Aliás, Israel é a única democracia, Israel é um estado laico na Palestina, é um estado que tem Parlamento, mas me parece que, pelos democratas e democracias brazuca-tupiniquins é motivo de ataque, é motivo de reiteradas insensibilidades, como vimos já

nesta tarde, nesta tribuna, por partidos e pessoas que dizem defender a democracia, defender as minorias, defender as mulheres. Na prática, não se sustenta, porque vemos que defendem o seu discurso mesmo ao custo de bebês degolados, mulheres estupradas, com cidadãos porto-alegrenses brutalmente assassinados. Um deles, que estava lá com o porto-alegrense que morreu, disse: “Eu me via de volta em Auschwitz, eu me via de novo numa câmara de gás.” Por isso, nada para de pé frente à história. A causa palestina é justa? É justa. Eles devem buscar os seus direitos? Devem, mas no Parlamento, via ONU, via Fatah, e não com um braço terrorista, e não com o Hamas, que está impingindo a morte de milhares de pessoas. E agora, que Israel está agindo para esmagar, e tem que esmagar o Hamas, se preocupam com os civis que estão ficando sem água, sem luz. Por que não se importaram antes, quando foram lá e fizeram os ataques com festas no Canadá, com festas na Europa, com festas no Irã?

Portanto, para encerrar, o Partido NOVO reitera o seu compromisso com a liberdade e com a democracia, todo o nosso apoio ao Estado de Israel, que esmague esse grupo terrorista, que finalmente a Palestina e a Faixa de Gaza possam ser governados pelo Fatah, voltem a ser governados pela democracia. Israel é o único país democrático da região. Toda democracia tem as suas imperfeições, mas nós do Partido NOVO apoiamos a saída democrática, liberal, que a Faixa de Gaza seja libertada do terrorismo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, sobre as atrocidades em Israel, Ver.^a Mônica, a senhora já mostrou e explicou o que é atrocidade. A Ver.^a Karen, quando reclama que não viu os vereadores aqui que defenderam a ação de Israel falarem antes do yanomamis, eu não vi a Ver.^a Karen falando nada daqueles assassinatos do Maduro, lá na Venezuela. Eu nunca vi! Eu nunca vi! Eu nunca vi a Ver.^a Karen reclamar dos caras que morrem de fome na Coreia do Norte. Eu não vi a Ver.^a Karen reclamar da perseguição lá no Irã contra as mulheres e contra os *gays*. Nunca ouvi falar! Eu não ouvi um discurso da Ver.^a Karen sobre isso. De Cuba já não falamos mais, porque há uma sociedade do governo Lula com Cuba, e é ruim se meter em meio de sócios, sócios são sócios, então não vou nem reclamar. Esse negócio agora de virmos aqui defender o Estado da Palestina, todos defendem, os únicos que não defenderam foram os próprios palestinos do lado Hamas; eles querem a não existência do Estado de Israel. Ninguém está dizendo isso aqui, se fosse pelo Estado de Israel, já existiriam os dois estados, mas o que eles querem? É que acabe com o Estado de Israel. Por que eles fazem isso? Porque o Irã dá o dinheirinho, mas cobra. O Irã paga, mas cobra; ou vende o que compram, é por isso. Esses líderes do Hamas, provavelmente prepararam essa invasão, eu já disse na sessão passada aqui, não foi lá na Palestina, eles prepararam lá em Dubai, no Catar, em todos os lugares do mundo, menos lá, eles não se expõem. Os grandes chefões estão longe e pedem em nome de Alá. Alá é

a mesma coisa que Jeová, a mesma coisa que nosso Deus, é um Deus só, e eu duvido que o Alá aceite isso. Duvido! Esses carneiros, urubus, que vivem de cadáveres – o Hamas e todos os terroristas vivem de cadáveres, são urubus fedorentos, e não tem como defender essa gente, não tem como associá-los com a causa, que é a causa palestina. Vocês sabem o que o Hamas fez para tirar o Mahmoud Abbas de lá? Usou as armas, expulsaram o Fatah da Faixa de Gaza; deixaram todos amontoados lá em Ramallah. Todos estão lá porque o Hamas, os bandidos, os carneiros, os urubus, estão usando a população civil. Eles são os assassinos da sua própria gente, porque eles colocam os lançamentos de foguetes em cima de escolas, em cima de hospitais, em cima de edifícios residenciais; os bandidos dos palestinos são os próprios membros do Hamas. Ah, se desse para selecionar os membros do Hamas, eu iria, daqui, pedir morte a todos eles, mas não dá. Se fosse possível, sim, uma pena de morte coletiva para todos esses terroristas, para aqueles que o defendem, só cortar a mão, como é a lei de Alá, corte as mãos, aí provavelmente eles não aplaudam essas atrocidades. Obrigado!

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem, cuja manifestação foi interrompida por problemas na conexão, retoma seu tempo em Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Presidente Hamilton, conexão caiu naquele momento, aqui no hospital é ruim o sinal, só queria concluir.

A fala da Ver.^a Biga Pereira diz que Faixa de Gaza é uma cadeia imposta por Israel. Ela não deve saber, por ignorância ou desconhecimento, que, além dos dados que a Ver.^a Mônica traz com muita propriedade, quem controla a entrada e saída da Faixa de Gaza são os membros do Hamas. Então, sugiro à Ver.^a Biga que visite a região, que realmente se aproprie, que conheça o tema antes de falar, e que a Ver.^a Karen e ela façam o seguinte: em alguma das suas moções simplesmente coloquem a expressão e reconheçam que o grupo Hamas é um grupo terrorista. Eu não vi, em nenhum lugar, as pessoas deste campo ideológico... Só falam e criam uma narrativa, para confundir as pessoas, que defendem a causa palestina. Eu queria que elas se manifestassem contra o Hamas, dizendo que o Hamas é um grupo terrorista. Se isso constar em alguma linha, eu revejo o meu posicionamento sobre o equívoco da esquerda no Brasil, mas lembro que o PCO, por exemplo, pregou o apoio ao Hamas e ao fim de Israel.

Encerro dizendo que a Ver.^a Biga, na sua fala, diz que respeita o Estado de Israel, que sempre se posicionou, ela e o partido, a favor da coexistência. Ver.^a Biga, caso a senhora não saiba, a senhora está defendendo quem defende a extinção do Estado de Israel. Se a senhora está, de alguma forma, defendendo essa ação, que foi a ação do Hamas, leia sobre os jargões do Hamas. Encerro com um deles: “Amamos a morte tanto quanto Israel ama a vida”. A senhora não pode, na tribuna, dizer que defende o Estado de Israel quando a senhora passa a mão na cabeça de quem quer o extermínio do povo de Israel. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e este debate, eu, realmente, em nome de toda a oposição, fico escandalizado. Como pode a direita desta cidade ter essa capacidade de escolher um lado? Nós, aqui no Rio Grande do Sul, temos uma cultura de paz; nós não temos uma cultura de ódio. E aí vocês vêm e defendem só o Estado de Israel. Isso é um absurdo tremendo, a Palestina sendo vilipendiada há décadas, o seu território sendo ocupado, as pessoas não podendo ter uma vida tranquila. Imaginem se isso que aconteceu com os palestinos fosse feito nos Estados Unidos. Eles teriam perdido, os Estados Unidos, em 70 anos, metade do seu território. Ah, os Estados Unidos topariam? Não, mas como são os palestinos, tanto faz. Aí eu acho incrível...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Silêncio. Vamos respeitar. O que é isso, tem alguém gritando?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Só um minutinho, vereador. Seu tempo está garantido.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mas o que é isso? Surge do nada alguém gritando? Isso aqui é um Parlamento ou é um barzinho de esquina, Presidente? Por favor, restabeleça meu tempo, pois perdi meu tempo aqui.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Seu tempo está garantido.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Uma pessoa, do nada, surge gritando. Sinceramente, é só aqui que vejo isso. Um teleguiado da direita, só posso acreditar. Mas, continuando, vão ter que ouvir.

O Brasil, se estivesse no lugar da Palestina, hoje teria perdido já metade do território em 70 anos. Então, gente, por favor, aquele conflito precisa de pessoas que queiram resolver por via da paz. Aí vem aqui e fala dos assassinatos só de um lado; tem dos dois lados, gente! E Israel, curiosamente, compra milhões e milhões de dólares de armas. Aí está a questão! As armas, supostamente pela vida. Há armas pela vida? Armas matam! Armas matam! Então é imoral defender guerra, imoral dizer que isso trata de soberania. Nós queremos a autodeterminação dos povos. A ONU já pediu. Aí tem gente aqui que nunca vai chegar na ONU, mas eles dizem: a esquerda não chora as vítimas, não chora as mortes. Mas eu não vejo aqui a direita chorando as mortes do bairro Mário

Quintana, o bairro onde a violência conflagrada tira a vida dos jovens negros das periferias de Porto Alegre! E eu não vejo ninguém chorar aqui as injustiças que acontecem nessa capital. Mas aí lá em Israel, que vocês nem sabem para que lado fica no globo, muitos de vocês, não englobo todos...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Levanta o dedo para nós, vereador de direita: para que lado fica Israel? Vamos ver se V. Exa. sabe. Não levantou porque não sabe onde fica Israel, mas aí enche a boca cheia de palavras para dizer por Israel. Nós queremos paz, paz acima de tudo, não aceitaremos mortes de nenhum dos lados.

Por último, eu quero dizer que – e eu já falei no microfone de apartes e vou questionar novamente – 34 assessores de plenário são os cargos criados nesta Casa, nomeados pela presidência. Estão trabalhando aqui? São 18 assessores de bancada, mas os trabalhadores que estão aqui trabalhando sofrem ataques como se quem estivesse trabalhando estivesse errado. E tem gente que bate no peito dizendo, achando que vai intimidar a oposição. Eu digo: eu vim da periferia, eu vim do gueto, eu vim da luta por direitos, e está para nascer o ser humano que vai intimidar o mandato Jonas Reis, que representa 5.133 pessoas que votaram para nós estarmos aqui. Está para nascer quem vai intimidar a esquerda, que luta por direitos nesta cidade, que tem 10 cadeiras nesta Casa. Está para nascer quem vai intimidar o partido das trabalhadoras, dos trabalhadores. O que nós temos que ter aqui é respeito por todas as trabalhadoras e trabalhadores, seja o pessoal que serve o café, até o pessoal que faz as notas taquigráficas; todos são servidores públicos. Nós temos que ter civilidade, urbanidade com estas pessoas; são servidores do povo, sejam eles nomeados por um gabinete ou concursados! E é esse respeito que eu exijo, eu exijo, porque um assessor meu aqui foi violentamente desrespeitado nesta Casa, e desrespeito a gente não aceita, porque, se tem uma coisa que eu trago de casa, é o respeito pelo outro, seja a idade que ele tem, seja a sua origem, nós temos que ter respeito pelas pessoas e deixá-las trabalhar. E o jornalista não poder trabalhar é um dos maiores absurdos que somente algumas pessoas poderiam demonstrar.

Então eu só quero reiterar aqui tudo que já foi dito no microfone de apartes e o que eu disse na sessão anterior: desrespeito não! Desrespeito não!

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sra. Presidente, eu queria que o Ver. Jonas Reis esclarecesse a ameaça que ele fez, dizendo que ele é da periferia, que ele é... Eu quero saber, porque a periferia não é perigosa. Então, ele que esclareça aqui qual é a ameaça que ele está fazendo.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado, Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Jonas Reis (PT): Querida Presidente Cláudia, eu não sei, o vereador acho que está com dificuldade de interpretação. Eu sou um vereador imbuído de um cargo público, não tenho necessidade alguma de fazer qualquer tipo de ameaça, usei da tribuna para expor as ideias, e é assim que a gente trabalha. Interpretação de texto é tudo. É tudo!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado, Ver. Jonas Reis.
A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Ver.^a Cláudia, Presidente dessa sessão, colegas vereadores e vereadoras. Se todos nós pudéssemos fechar os olhos e pensar em Urim, num *kibutz* a cerca de 16 quilômetros ao sul de Be'eri, os residentes acordaram às 6h30min da manhã, do sábado, um sábado de orações, de reflexões, ao som das sirenes e correram para abrigos antiaéreos. A reação rotineira aos foguetes que chegavam logo se tornou o mais preocupante, pois as sirenes não pararam de soar. Durante toda a manhã, eles entravam e saíam do esconderijo. Vocês que são pais e mães, que são tios, que são avós, se coloquem no lugar de jovens que aproveitavam uma festa, não ficava muito longe dali, onde os militantes do Hamas atacavam, um festival, e ali jovens foram mortos, ali mais de 200 jovens correram para o deserto e estão sendo encontrados, aos poucos, corpos mortos sem vida. Poderia ser um filho teu, uma irmã, uma sobrinha, uma afilhada, mas, aqui, as vereadoras mulheres – que não devem ser mães, não posso acreditar nisso – não se compadecem com jovens que morreram e vêm dizer aqui: o que Israel tem que ver conosco? Pare, Porto Alegre, de falar de Israel, porque não tem nada a ver com Porto Alegre! Hipócritas! Dois jovens mortos de Porto Alegre, suas famílias choram. O sobrinho da Ver.^a Mônica, de Porto Alegre, está em um esconderijo, assim como tantos outros poderiam estar. Sabe-se lá quantos mais de Porto Alegre morreram, estão sequestrados, são reféns; quantas mulheres de Porto Alegre poderiam estar lá ou estão, não sabemos, e foram estupradas! Ora, dizer que essa pauta não tem nada a ver com Porto Alegre é ser muito medíocre, é hipocrisia daqueles que relativizam e escolhem pautas de discursos que só saem da boca para fora, não fazem na prática. Essa é a esquerda, é isso que nós temos que levar para a rua. É uma esquerda hipócrita que seleciona o que mais interessa, que diz que é feminista, mas é só para o lado da esquerda e, quando, por acaso, não atinja algum colega seu, aqueles que são seletivos. Eu vou dizer: tudo nos interessa sobre essa guerra, sobre essa monstruosidade que está acontecendo em Israel, para que nós aprendamos, e o Brasil fique esperto, para que o Brasil se proteja daqueles que tentam, pelas beiradas, trazer o comunismo, trazer um socialismo bonito em que o totalitarismo é que impera. O problema realmente de Israel é que é um estado rico,

porque tem gente que trabalha, porque tem gente que produz, coisa que tem gente aqui que, se nós pedíssemos a carteira do trabalho, não tem um mês de assinada. Tem gente aqui que não sabe o que é trabalhar; tem gente aqui que não gosta do empresário, daquele que produz, daquele que tem riqueza, daquele que dá emprego, porque nunca fez nada para merecer no mesmo estilo.

Gente, realmente, estar ouvindo aqui essas mulheres dizendo “não vamos falar”, “vamos botar em panos quentes”, elas são as mesmas que defendem que o aborto seja um método contraceptivo. Vamos desumanizar as pessoas. Desumanizando fica fácil, são objetos e podem ser mortos, é simples. Para encerrar, Presidente, no meu último minuto, armas protegem! Eu até relevo pessoas ignorantes que não sabem que arma protege, porque hoje, se Israel não estivesse armado, estaria dizimado, porque hoje, se Israel não tivesse suas armas para combater o grupo terrorista do Hamas, estaria dizimado e mais crianças estariam decapitadas, bebês de colo. Eu não acho graça disso, porque eu sou mãe, porque eu sei o valor da vida e porque a vida toda, por 28 anos, eu trabalhei na Brigada Militar defendendo, inclusive, aqueles que não defendem e não dão valor à sua vida e nem à dos outros. Por isso eu já vou dizendo, de antemão aqui, que o primeiro projeto que nós temos, que é a moção do PCdoB, eu vou votar contra, porque não existem vítimas na Faixa de Gaza, lá existe o Hamas. Agora, se tivesse vítimas da Palestina, eu votaria. Mas as vítimas do Hamas não merecem a minha Moção de Solidariedade, que esse grupo de extermínio, que esse grupo terrorista seja dizimado, porque nós queremos a paz verdadeira, e não é da boca para fora. Discurso fica lá, e eu quero ver as pessoas agirem. Muito obrigada.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Presidente, eu só queria fazer uma questão de encaminhamento e de esclarecimento, porque, me parece que nos grupos, diretor, o pessoal está fazendo uma cobrança a respeito da distribuição dos processos da Comissão de Ética. Então, na condição de presidente da Comissão de Ética, apenas para reforçar, já conversei com o Presidente Hamilton, e nós estamos aguardando a homologação da indicação da Ver.^a Fernanda Barth, pelo líder do partido Ver. Mauro Pinheiro. Ainda não foi homologada a indicação da vereadora e, assim que for homologada, nós realinharemos a ordem alfabética e faremos a distribuição. Então, não tem nenhuma procrastinação, não tem nada fora da regra regimental, não tem nada parado. Nós estamos aguardando a composição dos 12 representantes ser homologada para fazer a distribuição conforme é o regimento, só para que não haja nenhuma interpretação ou elucubrações que possam desviar a atenção da Comissão de Ética, que está agindo na estrita forma regulamentar, como prevê o Regimento da Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vamos passar à Ordem do Dia.

Vereador João Bosco Vaz (PDT) (Requerimento): Solicito a retirada do PLL nº 045/23 da priorização de votação da presente sessão, e que seja a primeira matéria a ser apreciada na próxima sessão prevista para 16 de outubro de 2023.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vou abrir novamente a chamada para a Ordem do Dia, porque não ficou registrada a presença dos vereadores. Então, nós vamos reabrir novamente o painel eletrônico para a verificação de quórum a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (17h14min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 199/23 – (Proc. nº 1085/23 – Ver^{as} Biga Pereira e Karen Santos e Vers. Giovani Culau e Coletivo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Jonas Reis) – Requer seja encaminhada Moção de solidariedade “às vítimas do conflito instalado na Faixa de Gaza, em defesa da paz”. (SEI 299.00158/2023-68)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o [Requerimento nº 199/23](#). (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 12 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**. Registro a intenção de ter votado “não” do Ver. Alvoní Medina.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Presidente, a senhora fez a votação muito rápido. Não fechou nem um minuto e meio.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Foi 1 minuto e 32 segundos, Ver.^a Fernanda. Nós estamos revisando aqui quem votou antes. Um minuto, por favor. (Pausa.) Nós estamos aguardando para ver em que tempo o Ver. Alvoní registrou o seu voto, se foi antes de 1 minuto e 30 segundos. (Pausa.) Nós vamos refazer a votação, vamos abrir o painel para colhermos os votos. Declaro nula a votação da moção, do Requerimento nº 199/23.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Alvoni registrou o voto em 1 minuto e 30 segundos, no mesmo momento, ao mesmo tempo em que eu disse que a votação estava encerrada. Então, como ficou junto, exatamente junto, e isso muda, pode alterar, nós vamos fazer novamente a votação.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Como consta o voto do Ver. Jessé?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Jessé, durante a verificação de quórum, declarou voto “não” equivocadamente. Foi esclarecido para ele e foi registrada a sua presença. Então, não tem registro de seu voto.

(Manifestações no plenário.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Senhoras vereadoras e senhores vereadores, nós temos que entender uma coisa: esses sistemas *online* têm *delay*, trancam; os sistemas chegam depois. Então, é impossível ter uma acuracidade nisso. Quando acontece esse tipo de problema, refaz-se a votação, porque obviamente todos recolocam os seus votos, e aí nós temos uma votação clara. Isso é uma contingência do sistema *online*, infelizmente. Se todos estivessem aqui e registrassem os votos no painel, com um minuto e meio, a gente teria como verificar isso. Às vezes, o vereador registrou antes do um minuto e meio, em cima do um minuto e meio, e chega aqui um pouco depois.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Ver.^a Cláudia, que está conduzindo muito bem os trabalhos, eu quero registrar um protesto, porque há vereadores que não votaram e votarão agora. Não votaram por alguma circunstância. Não estou questionando, não estou criticando, mas não votaram, votarão agora, e isso vai alterar o resultado. Quer dizer, nós tivemos uma votação legítima, o próprio Ver. Alvoni Medina, de quem eu me considero muito amigo, votou em cima do momento em que a vereadora disse: “Encerrada a votação.” Eu entendo que não valeria, mas eu registro o meu protesto.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Fica registrado. Obrigada, Ver. Pedro Ruas.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 199/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Presidente, só para deixar claro, eu votei intempestivamente antes, só para esclarecer ao vereador. Deu problema de internet, mas de fato eu votei.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0729/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 366/22, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui o Centro de Integração e Valorização do Idoso (CIVI) no Município de Porto Alegre. (SEI 024.00123/2022-41)

Pareceres:

- da CCJ. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CEFOR. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da CUTHAB. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto;
- da CEDECONDH. Relator Ver. Conselheiro Marcelo: pela aprovação do Projeto;
- da CECE. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto;
- da COSMAM. Relatora Ver^a Cláudia Araújo: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Giovani Culau e Coletivo (Líder da Bancada do PCdoB) e da Ver^a Bija Pereira;
- com Emenda nº 02, do Ver. Jessé Sangalli (Líder Bancada do Cidadania);
- incluído na Ordem do Dia em 26-04-23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o [PLL nº 366/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, determinada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLL nº 366/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02 ao PLL nº 366/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM**.

Em votação o PLL nº 366/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Parabéns, Ver. Claudio Janta.

Em votação o Requerimento nº 183/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0899/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 023/23, que cria 24 (vinte e quatro) cargos de Fisioterapeuta e extingue 127 (cento e vinte e sete) cargos de Contínuo, todos de provimento efetivo, na Administração Centralizada do Município de

Porto Alegre, constante da letra a do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores. (SEI 118.00541/2023-14)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR e CUTHAB. Relatora-Geral Ver^a Fernanda Barth: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-09-23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o PLE nº 023/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Jonas Reis e Mari Pimentel.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o Ofício nº 3.339/23, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual informa sua ausência do Município das 14h do dia 9 de outubro até as 11h45min do dia 11 de outubro do corrente ano, a fim de participar do evento Amcham RS Day e do lançamento da South Summit Brazil 2024, a serem realizados na cidade de São Paulo – SP. Nesses termos, informo que o Ver. Hamilton Sossmeier assumiu o cargo de prefeito municipal de Porto Alegre, em substituição, no dia 10 de outubro de 2023, exercendo-o até o final do dia, tendo o Ver. Moisés Maluco do Bem, 1º Vice-Presidente, exercido a presidência da Casa, em substituição, pelo mesmo período.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 358/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01, aposta ao PLL nº 077/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com voto contrário do Ver. Jonas Reis.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 335/21.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL

nº 335/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLL nº 300/21.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 300/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 300/21.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 300/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely e do Ver. João Bosco Vaz, ao PLL nº 045/23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 045/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver^a. Mônica Leal Mônica e do Ver. Cassiá Carpes, ao PLCE nº 018/23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 018/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h44min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *